



PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

scientificmagazine@hotmail.com

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

SCIENTIFIC MAGAZINE - Ano: XIII - nº112/ 2019- ISSN: 2177-8574



SCIENTIFIC MAGAZINE

SCIENTIFIC MAGAZINE-, Ano XIII, nº 112/Setembro
A- 2019 - São Paulo. SP.

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

Publicação contínua

E-mail: scientificmagazine@hotmail.com

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN:
2177-8574

Versão online

Resumo português

Resumo inglês

A fim de cumprir com a periodicidade contínua corresponde ao Ano XIII, nº 112/ Setembro- A- 2019.

As opiniões emitidas nos textos publicados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins

Prof. Dr. Fabio Marques Barros

Prof. José Contenatto

Diretor Executivo

Mauricio Furlanetto

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof Ms. Jonas Franco Millu

Profa. Doutoranda Salete Pereira da Silva

Prof Ms. Fabio Assunção da Costa

Profa. Ms. Eliete Maria Ribeiro de Souza

Profa. Especialista Cícera Barbosa

**SECRETÁRIO DE ASSUNTOS
EDUCACIONAIS**
André Luís



Origem: Projeto NBR 6022:2002 ABNT/CB-14 - Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação CE-14:001.01 - Comissão de Estudo de Documentação NBR 6022 - Information and documentation - Article in printed scientific periodical publication - Presentation Descriptors: Documentation. Periodic article. Printed scientific periodical publication. Esta Norma substitui a NBR 6022:1994 Válida a partir de 30.06.2003.

Sede: Rio de Janeiro Av. Treze de Maio, 13/28º andar CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (21) 3974-2300 Fax: (21) 2240-8249/2220-6436 Endereço eletrônico: www.abnt.org.br ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas Copyright © 2003, ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas Printed in Brazil/ Impresso no Brasil Todos os direitos reserva

Endereço para Encaminhamento:

Revista (on-line) Scientific Magazine

Email: scientificmagazine@hotmail.com

Conselho Editorial - Scientific Magazine - São Paulo-SP- Brasil

<http://www.scientificmagazine.com.br/>

SUMÁRIO

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E EMPREGO.....	1
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	11
CONHECIMENTO E ATITUDES DOS PAIS EM RELAÇÃO À VACINAÇÃO DE SEUS FILHOS....	17
FORMAÇÃO CONTINUADA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOCENTE	25
REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE MATEMÁTICA ATRELADO AO USO DO MATERIAL CONCRETO NOS ANOS INICIAIS DE ESCOLARIZAÇÃO	32
EDUCAÇÃO DO CAMPO: MODELO E DESENVOLVIMENTO PARA UM ENSINO SUSTENTÁVEL	37

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E EMPREGO

Jonas Franco Millu ¹

RESUMO

Dentre os desafios prioritários que surgem nas sociedades, destaca-se o problema de adolescentes e jovens. Todas as propostas e as ações implementadas para esse grupo constituem um investimento privilegiado no futuro, uma vez que constituem o maior capital para alcançar uma sociedade mais forte, democrática, segura, educada e respeitada. Ao estudar o mundo de adolescentes e jovens, existe uma grande heterogeneidade na relação com a educação e o trabalho, que se torna discriminatória para o mercado de trabalho após doze anos de educação formal, mostrando que grupos sociais desfavorecidos têm 40 por cento de repetição e atraso escolar. A ausência de definição de políticas estatais no trabalho e na educação tem gerado um aumento de desemprego no país e atinge principalmente esta classe a educação em geral necessita de adequação dos conteúdos de acordo com a integralidade, relevância para a empregabilidade, é o caminho para a equidade, uma vez que a razão de ser da democracia é o reconhecimento do outro. .

Palavras-chave: EJA. Formação. Emprego.

ABSTRACT

Among the priority challenges that arise in societies, the problem of adolescents and young people stands out. All the proposals and actions implemented for this group constitute a privileged investment in the

future, as they constitute the largest capital to achieve a stronger, democratic, safe, educated and respected society. When studying the world of adolescents and young people, there is great heterogeneity in the relationship with education and work, which becomes discriminatory for the labor market after twelve years of formal education, showing that disadvantaged social groups have 40 percent repetition and school delay. The lack of definition of state policies at work and education has led to an increase in unemployment in the country and mainly affects this class. Education in general needs content adequacy according to comprehensiveness, relevance to employability, is the path to fairness, since the *raison d'être* of democracy is the recognition of the other. .

Keywords: EJA. Formation. Job.

1. INTRODUÇÃO

O problema relacionado à educação, capacitação de adolescentes e jovens é uma questão fortemente priorizada em todo o mundo, incluindo os países desenvolvidos. Esse grande interesse reside no fato de esse grupo populacional formar, juntamente com as crianças, o maior capital de longo prazo que um país possui: investir neles está apostando no futuro. Uma sociedade assim, sensibilizada e que aceite o desafio de educar, capacitar seus adolescentes e jovens, será uma sociedade

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Universidade DEL SOL –Unades Paraguai.

mais produtiva, democrática e culta, com maior estabilidade e tolerância, com menos violência e insegurança, tornando-se parte dos países mais respeitados no avanço das nações.

A crescente priorização em fóruns internacionais sobre a configuração da educação, como políticas do Estado suscita unanimidade entre especialistas e políticos. As Nações Unidas recomendam como uma definição prática do grupo "juventude" para a população entre 15 e 24 anos de idade. O limite inferior de 15 anos obviamente não traduz a realidade de muitos dos países da região, onde a entrada no emprego ocorre muito antes.

No entanto, o acordo de idade mínima da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1973 estabelece 15 anos como limite mínimo para admissão ao emprego, abaixo do qual é considerado trabalho infantil. Dois subgrupos podem ser discriminados: a entrada no mercado de trabalho: 15 a 19 anos e os "jovens adultos", de 20 a 24 anos.

Essa distinção não é algo menor, pois, como será observado mais adiante, eles mostram comportamentos diferentes. obviamente, por causa dos

diferentes estágios do ciclo de vida com os quais ambos se encontram. O conceito de juventude é marcadamente heterogêneo e depende das diferentes realidades nacionais. Dentro da mesma categoria de análise, abrange o jovem de 16 anos que na maioria das vezes já são até chefe de família, ou uma jovem com 15 anos é mãe. A heterogeneidade do conceito é importante para enfrentar o desafio.

A questão do alto e persistente desemprego juvenil não é exclusiva do Brasil. O desemprego (substancialmente desenvolvido e em desenvolvimento) é observado em todo o mundo substancialmente mais alto do que o dos adultos, o que mostra que existem fatores comuns a serem enfrentados. o problema, bem como alguns específicos relacionados à variável idade. No caso da América Latina, a taxa de desemprego jovem (de 15 a 24 anos) é, em média, duas vezes e meia a taxa geral; se o intervalo for limitado em 15 a 19 anos, a taxa de jovens quadruplica a taxa global. Embora esse problema seja mundial, especialmente grave, no contexto da América Latina, mostra uma disparidade mais acentuada entre o desemprego juvenil e o geral.

Dessa forma, o desemprego desses grupos afeta principalmente mulheres, minorias étnicas e grupos menos qualificados. A baixa qualificação se junta à inserção precária em empregos de baixa produtividade, que formam a maior parte dos novos empregos gerados em quase toda a região. Por outro lado, as mudanças nas taxas de retorno à educação têm exigido níveis crescentes de capacitação da força de trabalho: jovens com mais educação conseguem esperar mais uma oportunidade de emprego, mostrando períodos de busca mais antigos e com mais seleção no processo. Em nosso país o número de pessoas desempregadas com períodos de desemprego superiores a um ano está aumentando, sugerindo altos níveis de seletividade de pesquisa. adversas às estruturas de trabalho emergentes. Esses dados não devem mascarar os diferentes potenciais e possibilidades que aparecem nos membros dos 20% mais pobres, sugerindo que é um fenômeno especialmente relacionado aos problemas de pobreza e disparidade na geração de renda, adversas às estruturas de trabalho emergentes.

Portanto, o problema de todo o grupo jovem não é menor se considerarmos

que longos períodos de desemprego erodem o capital humano que o jovem possui, bloqueiam uma inserção adequada em uma carreira profissional ou técnica, minam a capacidade produtiva que inibe a independência econômica, formação familiar e plena integração na sociedade civil e assunção de papéis como cidadão. Sabe-se que o desemprego é, por sua vez, um fator negativo para os empregadores, que usam a história do trabalho como fator na escolha do trabalho. O desemprego juvenil está frequentemente relacionado, portanto, a fenômenos de alienação cultural, desvios de comportamento, criminalidade e outras formas de violência.

2. SITUAÇÃO DOS JOVENS NO ATUAL QUADRO SOCIODEMOGRÁFICO

Como resultado do forte endividamento que as economias dos países considerado em desenvolvimento sofreram nos últimos anos, a chamada "crise da dívida externa" foi assistida no final da década de 70, o que condicionou o posicionamento dos governos em relação à uma abertura e integração graduais aos mercados internacionais, substituindo assim o desenvolvimento "interno". A introdução de um novo modelo econômico incluiu liberalização do mercado, forte

ajuste fiscal e reforma do mercado de trabalho.

A implementação dessas medidas foi realizada com o entendimento de que, a longo prazo, a produtividade nacional seria favorecida, por meio da queda da inflação e do aumento do investimento privado. Segundo a OIT:

[...] Os países da região começam a viver uma crescente desigualdade social refletida na concentração de riqueza, na consolidação da pobreza e na manutenção de altas taxas de desemprego com um mercado de trabalho precário. Esses resultados são surpreendentes e parecem não corresponder aos custos transitórios e necessários do início da implementação do ajuste, pois foram levantados nos estágios iniciais de seu projeto: previa-se que, a curto e médio prazo, houvesse uma queda no emprego público devido ao abandono do investimento público, diante de uma maior carga tributária e de maiores limites fiscais à proteção social (RODRÍGUEZ, 2005, p.98).

O autor, destaca-se a heterogeneidade na comparação entre países e na observação de segmentos dentro de cada país. Aparecem novas vulnerabilidades que, no macropanorama, identificam as diferentes precariedades dos países da região e, dentro de cada país, as diferentes fragilidades de cada setor social: ao lado dos pobres estruturais aparecem os novos pobres. Dessa forma, cresce a vulnerabilidade de uma parte proeminente

dos habitantes da região - a vulnerabilidade é entendida como a maior probabilidade de perder a inserção social alcançada, no grau que se tem, ou de não o conhecer.

Rodríguez (2005) coloca que essa sociedade é mais complexa, mais competitiva, com um declínio na segurança e estabilidade, com grandes grupos de pobreza "dura" e acentuada segregação e isolamento ecológico na vida do cidadão.

Com relação ao futuro, os dados sociodemográficos da América Latina permitem inferir que nos próximos 30 ou 40 anos persistirão duas características tradicionais da região: o alto percentual de crianças com menos de 24 anos (hoje mais de 50% da população) e forte segmentação social com bolsões de extrema falta (39% dos habitantes atuais desses países estão abaixo da linha da pobreza, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina em 1998).

As taxas de crescimento populacional na América Latina têm sido historicamente muito altas, embora tenham desacelerado. Diferentes países recebem "heranças" demográficas heterogêneas, que, de certa forma, condicionam as possíveis variantes e propostas do mercado de

trabalho e da força de trabalho juvenil. Assim, a Celade usou uma classificação de países com base no estágio de transição demográfica em que se encontra, o que é considerado muito útil para entender posteriormente os diferentes comportamentos em questões trabalhistas. Esses estágios ocorrem dependendo de como a população passa de altas taxas de natalidade e mortalidade para baixas taxas.

O grupo de países em transição moderada é aquele que, mostrando progresso na redução da mortalidade, ainda mostra altas porcentagens da população rural e taxas de crescimento próximas a três por cento ao ano, além de uma população muito jovem com altas taxas de natalidade. El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Paraguai são classificados como tais.

Finalmente, a Bolívia e o Haiti mostram uma transição incipiente, uma vez que, com taxas de crescimento próximas a 2,5%, mostram taxas de mortalidade e nascimento muito altas e persistentes, e a maioria da população rural com altas porcentagens de crianças e jovens.

Portanto, a segmentação social tradicional da região, ligada às dimensões

da educação, formação para o trabalho, e a persistência nos próximos 30 ou 40 anos de uma população marcadamente jovem impõem reflexões profundas e amplas, envolvendo todos os atores sociais.

2.1. Emprego dos jovens

Nas últimas décadas, o produto e o emprego aumentaram em nosso país; no entanto, a taxa de desemprego permaneceu alta. Essa aparente contradição é explicada, em parte, pelo aumento de pessoas que ingressam na procura de emprego: a necessidade de um segundo emprego, a incorporação de mulheres na força de trabalho e a pressão para contribuir com o apoio da família no trabalho. Membros jovens em idades mais jovens.

A falta da inovação tecnológica e a escassez de recursos, aliadas às demandas de produtividade de determinados setores específicos, criaram um mercado de trabalho difícil para todos e duplamente difícil para os jovens. Apesar da evolução descendente das taxas de fertilidade - há uma alta proporção da população jovem, o que significa que os jovens deixam o mercado de trabalho todos os anos, todos os meses. Ao mesmo tempo, no sistema produtivo, há um número significativo de

trabalhadores que, por várias razões, foram capazes de permanecer ativos e atuais, e que defendem seu trabalho ao máximo. Há também aqueles que perderam o emprego e procuram ansiosamente ser reintegrados.

Por outro lado, juntamente com a manutenção da taxa de desemprego global, verifica-se que os novos empregos são de baixa qualidade, não incluídos no setor de emprego moderno: altamente instáveis, efêmeros, sem proteção social, correspondentes a informal que atingiu 58,7% do emprego não agrícola. O aumento do desemprego, subemprego e informalidade que atinge toda a rede social se torna mais rígido e reforçado no setor crítico da juventude.

2.1. Segmentação social de jovens, segundo educação e formação

A educação tradicional em nosso país mostra um campo segmentado com acesso diferenciado à qualidade da educação, de acordo com o estrato social. O acesso à educação se generalizou, mas com discriminação negativa em relação aos setores sociais desfavorecidos: admissão tardia na escola do ensino fundamental (20%), altas taxas de repetição (40% no primeiro ano), atraso escolar (50%) em

algum momento do ciclo e 50% da população em idade e condições para fazê-lo. O impacto efetivo das realizações educacionais e de formação é francamente inferior ao dos países desenvolvidos, especialmente se pertencer a setores menos favorecidos. Todo esse problema também está imerso no fenômeno (TOKMAN, 2006).

Gallart (2008) sobre as fortes pressões para manter a competitividade do trabalho modificam as demandas no nível individual. Entende-se, pelos responsáveis pela educação e pelo trabalho, que os jovens devem possuir certas habilidades básicas que lhes permitam integrar. Isso incluiria: características atitudinais, autoestima, criatividade, capacidade de identificar e resolver problemas, responsabilidade, interesse em aprendizagem ao longo da vida, boa comunicação, eficiência, projetos de longo prazo, participação ativa, vontade de mudar, alta responsabilidade e pensamento criativo e interativo com novos códigos de comunicação baseados em tecnologia e trabalho em equipe. Sua aquisição seria favorecida pelo entendimento abrangente da alfabetização,

[...] O abandono prematuro dos sistemas educacional mina suas chances de se tornar um adulto funcional versátil para novas estruturas

de emprego. Em muitos países, e dentro dos setores mais desfavorecidos, meninas adolescentes abandonam a educação formal para ingressar nas tarefas domésticas, incluindo cuidar de irmãos mais novos, ou entrar no mercado de trabalho cedo (GALLART. 2008. p.87).

Assim, vemos que, em termos de gênero e educação, a segmentação por nível econômico é consistente: pesquisas domiciliares de 13 países da América Latina permitem comparar o início e o final dos anos de 2015 a 2017, mostrando que, para a assistência feminina a educação, a diferença é de 25 pontos entre as famílias mais pobres e as mais ricas.

A segmentação do mercado de trabalho se torna mais discriminativa e acentuada no trabalho com jovens, uma vez que as credenciais, habilidades, aptidões, atitudes e perfil comportamental necessários para ingressar em segmentos de trabalho modernizados são quase exclusivos para os jovens das classes menos favorecido (TOKMAN, 2006).

[...] Os estratos de alta renda se beneficiam da expansão do emprego, absorvendo os melhores empregos. Eles têm e desfrutam de uma moratória, no sentido da possibilidade de adiar a obtenção de plena maturidade com acumulação de anos de instrução, busca vocacional, tentativa-erro, extensas experiências de socialização, sem o constrangimento de uma admissão precoce, emprego precário e de baixa

qualidade, indispensável aos jovens pobres para apoio, com o conseqüente abandono da educação e treinamento formal. Além disso, a falta de redes sociais, uma vez que 50% do recrutamento para trabalho em jovens é realizado graças a redes familiares ou de grupos (GALLART. 2008. p.89).

Assim como a discriminação no acesso à educação e formação de boa qualidade é reforçada pela discriminação. Nas sociedades com níveis crescentes de escolaridade da população mais jovem, o aumento nas taxas de participação implica que, em muitos casos, existem categorias de jovens com lenta e difícil incorporação no emprego. Um deles é o grupo de mulheres,

Segundo Rite (2000) em relação ao trabalho das jovens, destaca-se que as políticas de ajuste reforçaram a feminização da pobreza: 70% dos 1,3 bilhões de pobres no mundo são mulheres. Sabe-se que em um nível mais baixo de educação familiar, menor a visão equitativa em relação às mulheres, o que reforça a vulnerabilidade. Enquanto nos agregados familiares mais pobres, isto deveu-se principalmente a razões para a recomposição de rendimentos perdidos ou prejudicados, no resto dos agregados familiares devido principalmente a níveis crescentes de escolaridade e qualificação.

Em muitos casos, Gallart (2008) coloca que o crescimento da atividade feminina foi espetacular durante os anos 90 e início dos anos 2000. Os números mostram que: a) a taxa de desemprego feminino é 50% maior que a dos homens; b) a informalidade é 12% maior nas mulheres; c) as ocupações femininas são de menor remuneração, segurança e qualificação, com dupla segmentação horizontal e vertical.

Em suma, Tokman (2006) fala que a segmentação e a iniquidade predominantes em várias regiões que são vistas de maneira grosseira nos jovens: o setor crítico de jovens excluídos é formado por jovens desempregados com baixa escolaridade, jovens inativos (que não trabalham nem estudam), mulheres pobres (principalmente adolescentes), pessoas rurais pobres e membros de minorias raciais.

Assim, a segmentação social ligada às dimensões da educação e do trabalho transforma a iniquidade em exclusão social, principalmente se as variáveis de gênero forem adicionadas à variável idade (ainda mais, se as mulheres tiverem filhos dependentes) e aquelas pertencentes ao meio ambiente minorias rurais ou étnicas, consolidando assim a reprodução

transgeracional da pobreza, fenômeno também observado nos países desenvolvidos.

As barreiras à inclusão segundo Rite (2000), aumentam se for ponderada a força da socialização concedida por empregos de boa qualidade, dos quais eles também são removidos. Como conseguir um emprego é tão difícil e o que é alcançado é tão ruim, é criada uma cultura de trabalho instável ou ausente, resultando em jovens inativos. Além disso, a sensação vertiginosa, a mudança e a incerteza da sociedade pós-moderna contribuiriam para essa paralisia.

A América Latina segundo Gallart (2008), está passando por essas mudanças globais e isso acentua a heterogeneidade e iniquidade que prevalecem desde suas próprias origens. Os desempregados, a força de trabalho que migra do ambiente rural, a população indígena, os pobres urbanos nos quais o crescimento populacional é sustentado, em muitos casos ainda explosivos, teriam pouco a ver com essas novas regras impostas. Daí a necessidade de romper os novos círculos viciosos de longo desemprego, habilidades desatualizadas, baixa renda e baixa qualificação.

É aconselhável inovar nos programas de educação, formação em rede de educação permanente para impedir que setores pobres passem pelos diferentes pontos que condicionam a reprodução da pobreza, em um processo de identificação e socialização da renda acelerada e precoce para o mercado precário e informal.

Essas desigualdades acabam atingindo todos: empobrecendo a sociedade, a segmentação e o consequente isolamento de diferentes setores sociais que impedem o enriquecimento do intercâmbio cultural e limitam a qualidade de vida de todos os cidadãos. A maior desintegração social consolida bolsões de pobreza estrutural, com discriminação étnica, de gênero e ecológica, levando ao aumento da violência urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema do desemprego juvenil é um dos maiores desafios que os países latino-americanos enfrentam no contexto de seu desenvolvimento social. Como já dissemos, uma crescente desigualdade social começa a se refletir na concentração de riqueza, na consolidação de pobreza e manutenção de altas taxas de desemprego com um mercado de trabalho

precário. Nesses países, a alta porcentagem de crianças com menos de 24 anos persistirá (atualmente representam mais de 50% da população) e a segmentação social com extrema pobreza (39% dos atuais habitantes estão abaixo da linha da pobreza).

Por outro lado, verifica-se que os novos empregos são de baixa qualidade, não incluídos no setor moderno de emprego: de grande instabilidade, efêmero, sem proteção social, correspondente ao setor informal, atingiu 58,7% do emprego não agrícola. O tipo de inserção dos jovens é limitado, em geral, ao alto setor informal. Eles acessam empregos com salários mais baixos e menor proteção social; de maior precariedade e instabilidade.

A educação tradicional em nosso país, mostra um campo segmentado com acesso diferenciado à qualidade da educação, de acordo com o estrato social. Todo esse problema também está imerso no fenômeno da "desvalorização das credenciais educacionais": são necessários mais anos de preparação para as mesmas tarefas. Os jovens devem possuir certas competências básicas que lhes permitam trabalhar.

Portanto, a educação mostra um campo segmentado com acesso diferenciado à qualidade da educação, de acordo com o estrato social. Todo esse problema também está imerso no fenômeno da "desvalorização das credenciais educacionais": são necessários mais anos de preparação para as mesmas tarefas. Os jovens devem possuir certas competências básicas que lhes permitam trabalhar a integração. Assim o tipo de inserção dos jovens é limitado, em geral, ao alto setor informal. Eles acessam empregos com salários mais baixos e menor proteção social; de maior precariedade e instabilidade.

Diante dessa situação social e trabalhista, as demandas por respostas aos problemas estão aumentando. É aconselhável inovar em educação, formação e programas para evitar a reprodução da pobreza, como resultado da entrada acelerada e precoce no mercado de trabalho precário e informal.

REFERÊNCIAS

CONFERÊNCIA, **Políticas de Emprego e Treinamento para Jovens na América Latina. Conclusões**, Belo Horizonte. 2009.

GALLART, MA e Jacinto. C. (coord), **Por uma segunda chance: treinamento para o trabalho de jovens vulneráveis**, CINTERFOR / OIT - Rede Latino-Americana de Educação e Trabalho, Montevideu. 2008

OIT, 1996, **Visão Geral do Trabalho, International Labor Office**, Lima, 2016.

PROGRAMA DE APOIO À RECONVERSÃO PRODUTIVA, 1998, *Avaliação de impacto de*

RITE de Medina, R. **Emprego, desemprego e qualificação de jovens na América Latina: uma aliança difícil?** Relatório de consultoria para o CINTERFOR / OIT, relatório para discussão, CINTERFOR, 2000.

RODRÍGUEZ, E., **Treinamento e emprego de jovens na América Latina**", em *Estudos e Monografias*, n. 79, CINTERFOR / OIT, Montevideu, 2005.

TOKMAN, VE, **"O trabalho dos jovens no pós-ajuste latino-americano"**, artigo apresentado na VII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude, Buenos Aires, 2006.

UNICEF / Ministério do Trabalho e Previdência Social / FAS, **Condições sócio laborais de adolescentes**. 2009.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Salete Pereira da Vilenatto¹

RESUMO

O jogo é uma atividade fundamental para o desenvolvimento e aprendizado das crianças, no início são simples movimentos corporais que, aos poucos, estão se expandindo e se tornando mais complexos para introduzir outros elementos. Este estudo apontou que, com o tempo, o jogo permite que a criança desenvolva sua imaginação, explore seu ambiente, expresse sua visão do mundo, desenvolva sua criatividade, habilidades socioemocionais entre colegas e adultos. Dessa forma, o objetivo deste estudo foi compreender como o jogo contribui para o amadurecimento psicomotor, cognitivo e físico, além de afirmar o vínculo emocional com os pais e favorecer a socialização. Portanto, o jogo é um dos meios com maior impacto nas crianças para desenvolver novas habilidades e conceitos por meio de sua própria experiência.

Palavras-chave: Jogos. Desenvolvimento. Educação Infantil.

ABSTRACT

The game is a fundamental activity for the development and learning of children, in the beginning are simple body movements that are gradually expanding and becoming more complex to introduce other elements. This study pointed out that over time, the game allows children to develop their imagination, explore their environment, express their worldview, develop their creativity, social-emotional skills among

peers and adults. Thus, the aim of this study was to understand how gambling contributes to psychomotor, cognitive and physical maturation, in addition to affirming the emotional bond with parents and favoring socialization. Therefore, gambling is one of the most impactful means for children to develop new skills and concepts through their own experience.

Keywords: Games. Development. Child education.

1. INTRODUÇÃO

Através do jogo, as crianças aprendem a se dar bem com as pessoas e a enfrentar alguns desafios sociais. Toda oportunidade de brincar com outras crianças são momentos de interações sociais. Além disso, as crianças também aprenderão que precisam encontrar uma maneira de atender às suas próprias necessidades e desejos, sem precisar atender às necessidades e desejos dos outros. A assertividade é uma necessidade nos relacionamentos interpessoais e, às vezes, haverá a possibilidade de se afastar dos outros.

No jogo, as coisas nem sempre correm como planejadas e isso pode fazer com que as crianças tenham diferentes formas de sentimentos difíceis de controlar.

¹Doutoranda em Ciências da Educação – UFB.

Em muitas ocasiões, quando as crianças brincam, não há adultos por perto para tomar uma decisão correta e as crianças devem aprender a medir suas próprias respostas emocionais para enfrentar fatos que não aceitam ou qualquer outro tipo de conflito.

Portanto, por meio dos jogos as crianças aprenderão resolver seus próprios problemas através da brincadeira, podem ser elas mesmas e sabem que têm o poder de suas vidas e sentimentos. Eles serão capazes de perceber sua engenhosidade, sua criatividade e a capacidade de organizar seu ambiente para atender às próprias necessidades, essencial para um bom desenvolvimento e crescimento pessoal.

2. CONTRIBUIÇÕES DO JOGO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O jogo, além de proporcionar à criança prazer e momentos de distração, é uma atividade que estimula e ativa diferentes componentes do desenvolvimento infantil. É o cenário em que as crianças podem praticar a experiência de medir suas próprias possibilidades nas diferentes situações de suas vidas e que influencia todas as áreas do desenvolvimento humano segundo Bruner (2003):

a) Contribuições para o desenvolvimento cognitivo

O jogo aciona as habilidades cognitivas da criança, na medida em que lhe permitem entender seu ambiente e desenvolver seu pensamento. Por exemplo, uma criança que brinca com uma fazenda de animais, figuras ... etc., saberá as peças do jogo, um adulto ou outro companheiro lhes dirá, descobrirá os diferentes tipos de animais existentes, entenderá como os objetos funcionam (role trator, abra a janela da fazenda ..) e também aprenda a usá-los adequadamente.

Também descobrirá a permanência dos objetos, que ainda existem, mesmo que você não os veja; fazendo desaparecer o cavalo que ele mantém no estábulo e depois procurá-lo, ele se tornará consciente dessa realidade.

b) Contribuições para o desenvolvimento social

A criança pode brincar apenas com seus jogos, mas quando um parceiro participa de sua atividade, é a oportunidade de compartilhar, levar em consideração os outros, se relacionar. Em resumo, permite que você se comunique.

O jogo com colegas e adultos é um instrumento poderoso que facilita seu desenvolvimento social, na medida em que aprendem os rudimentos de reciprocidade - dar e receber - e empatia.

No jogo simbólico, no início, as representações concentram-se na vida mais próxima das crianças (uso de itens domésticos, papéis familiares ...) e depois na representação de situações mais distantes de sua vida habitual. (representar diferentes profissões) ou dar vida a personagens fictícios.

c) Contribuições para o desenvolvimento emocional

A criança decide a vida dos personagens em seus jogos: o que eles fazem, por quanto tempo, de que maneira, quem está envolvido ... Ele também empresta a eles seus sentimentos e emoções - a expressão de si mesmo - por outro lado, o equilíbrio emocional que é alcançado com o jogo é um estado agradável que sempre tende a ser buscado.

Bruner (2003) acrescenta que os jogos de representação de cenas da vida cotidiana, de reprodução de histórias e situações imaginárias, envolvem a reconstrução e encenação do conhecimento

que já existe. Portanto, nesse tipo de jogo, as crianças conversam usando o tom apropriado aos papéis que simulam, as emoções são expressas nesses papéis, as atitudes são ajustadas ... Nesse sentido, quando a criança brinca simbolicamente, ela deforma a realidade, adaptando-a aos seus desejos. Desta forma, no jogo, ele domina uma realidade que, fora do jogo, o domina.

Quando se relaciona com o ambiente, muitas vezes acontece que a criança é exposta a uma tensão psíquica muito forte, criando um mundo à sua medida que oferece garantias para superar ou aliviar essas tensões. Cria, através do jogo, uma realidade alternativa que serve para direcionar suas energias para soluções mais satisfatórias para si.

d) Contribuições para o desenvolvimento motor

O jogo estimula o desenvolvimento motor da criança, pois constitui a força motriz para executar a ação desejada.

Por exemplo, o bebê que quer pegar um objeto que está longe tem que engatinhar para alcançá-lo, usar seus músculos, suas habilidades motoras brutas. Ao pegar o objeto, a criança usa os

pequenos músculos de suas mãos, o que é chamado de habilidades motoras finas. Também exerce a coordenação manual do óculo para observar o objeto e obtê-lo manualmente.

Para Carleto (2003), o desejo de alcançar o objeto percebido o leva a praticar os diferentes modos de sujeição, planejar e organizar seus movimentos e desenvolver seus reflexos protetores. Portanto, o desenvolvimento psicomotor é algo que a criança desenvolverá por meio de seu desejo de atuar no ambiente, de iniciar suas habilidades motoras, de ser cada vez mais competente.

À medida que a criança se desenvolve, o jogo de exercícios não só desaparece com o surgimento de jogos posteriores (jogo simbólico), mas também exercita, aperfeiçoa e contribui para melhorar os movimentos e a compreensão de sua realidade física.

O jogo espontâneo segundo Carleto (2003), que surge naturalmente como uma expressão do mundo interior do menino e da menina, é a ocupação mais importante que os seres humanos têm nos primeiros sete anos. Diversos e diversos especialistas na primeira infância convergem para a

importância do jogo para o desenvolvimento saudável da criança, argumentando que, durante o jogo, o menino e a menina entram em um estado de prazer, de estar bem e de concentração, o que lhes permite colocar em prática tanto suas habilidades motoras quanto cognitivas, emocionais, sociais e linguísticas.

2.2. O que entendemos por jogo espontâneo

É um jogo gratuito e iniciado, desenvolvido e finalizado pela menina ou menino, sem intervenções de adultos. O jogo a ser chamado como tal deve ser gratuito. Se dirigido, deixa de ser um jogo e se torna uma atividade lúdica, que tem outro objetivo que não é simplesmente jogar por jogo. Geralmente é usado para fins educacionais ou terapêuticos, mas é importante esclarecer que, nesses casos, o jogo deixa de ser um jogo, porque seus princípios fundamentais são quebrados, que são: ser espontâneo, agradável e emergir por iniciativa de quem joga (BROUGÈRE, 2005).

Para facilitar o jogo espontâneo, lembre-se de que:

1. O espaço de brincar deve ser preparado antes de oferecê-lo ao bebê, à

menina ou ao menino. Depois de três meses, quando o ônibus começar a se mover mais e ficar acordado por mais tempo, poderá organizar um local bem iluminado e limpo no chão, colocar o tapete de borracha EVA e colocar o bebê de costas.

2. A pessoa adulta responsável deve garantir condições de segurança no espaço disponível para brincar, plugues de cobertura, afirmar móveis, higiene etc.

3. O espaço, para os ônibus que já estão em movimento, deve ser delimitado de maneira concreta, seja com uma caneta (pelo menos 2 × 2 metros), com móveis firmes, com paredes etc., dando uma sensação de estrutura em onde a liberdade de brincar e movimento pode ser exercida, onde não é necessário dizer “não” o tempo todo ao ônibus, destacando também a importância de um ambiente seguro para meninos e meninas.

4. A posição mais confortável e dominante do ônibus, menino ou menina, deve ser respeitada, para que ela possa modificar essa postura à vontade, sem almofadas, correias ou arreios de qualquer tipo, exceto em casos de displasia. A brincadeira requer liberdade de movimento, portanto, os dispositivos nos quais o bebê está fixo em uma postura,

como centros de atividades, cadeiras para ninho, andadores, seguranças, academias, entre outros, não são recomendados.

O jogo nos primeiros meses segundo Friedmann (2006), recomenda-se começar com a postura das costas, pois é a primeira postura que o ser humano possui, e o bebê constrói seu motor saudavelmente a partir dessa postura. Não é necessário sentar-se com almofadas para brincar, porque nas costas você pode fazê-lo de forma igual e com mais tranquilidade, pois não precisará se esforçar para manter o equilíbrio.

O jogo depende fundamentalmente da coordenação de todo o corpo quando a menina ou o menino são um pouco maiores. Por esse motivo, é importante respeitar o desenvolvimento maturacional das habilidades motoras ao facilitar o jogo. Desse modo, sua iniciativa é inibida e é gerada uma maior dependência do adulto, porque ele precisa chorar para conseguir o que quer, por não ser capaz de fornecê-lo para si mesmo.

Os objetos oferecidos à criança devem ser bem pensados de acordo com seu nível de desenvolvimento e não com a idade. Por exemplo, um ônibus que está de costas, movendo-se muito, tentando girar

de brucos, não pode receber uma bola que gira rapidamente; pelo contrário, oferece objetos que ele pode pegar com facilidade e que não se afasta facilmente porque ele ainda não pode se mover autonomamente para procurá-los.

Para aqueles que já se movimentam rastejando ou rastejando, outras bolas que rolam com mais facilidade devem ser adicionadas, porque nesse estágio elas podem encontrá-las. Portanto, também é importante oferecer materiais de madeira grandes que permitam rastejar ou rastejar em várias superfícies e planos, como rampas, plataformas e pequenas escadas (15 cm. De altura), túneis e estruturas verticais, como escaldores triangulares, onde a garota ou A criança pode brincar com todo o corpo, exercendo várias coordenações, movimentos, posturas, equilíbrio, entre outros.

Em suma, durante o tempo de jogo, o papel do adulto é principalmente acompanhar a observação, ajudar o menino ou a menina, se necessário, sem interromper suas atividades espontâneas para propor jogos que interessam ao adulto ou que desejam ensinar o ônibus. Recomenda-se brincar com ela ou com ele se for convidado, seguindo o

segmento do jogo proposto pela criança, mas não tome a iniciativa de mostrar a ele como ou o que jogar. Este espaço deve ser respeitado como um espaço para crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jogo constitui um mecanismo natural geneticamente enraizado que desperta curiosidade, é agradável e permite descobrir habilidades úteis a serem desenvolvidas no mundo. Os mecanismos inatos do cérebro da criança permitem que, com poucos meses de idade, aprenda brincando. É liberada dopamina que faz da incerteza do jogo uma recompensa cerebral real e facilita a transmissão de informações entre o hipocampo e o córtex pré-frontal, promovendo a memória de trabalho.

Portanto, o jogo tornará as crianças emocionalmente mais expressivas, terá mais energia, aprenderá a se comunicar melhor e a ter mais vocabulário. O jogo permite que eles cuidem de seu senso de humor, aprimorem sua imaginação, sintam paixão pelo que fazem, sejam perspicazes e possam se conectar com o mundo ao seu redor de uma maneira muito mais profunda. O jogo ajuda as crianças a aumentar sua criatividade para poder inventar histórias e mudar a perspectiva da realidade.

REFERÊNCIAS

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRUNER, J. **CRIANÇA S CONVERSA: aprender a usar a linguagem**. NEW YORK: W. W. NORTON, 2003.

BURGOS, M. S. **As atividades lúdico-desportivas e sua relação com o desenvolvimento integrado da personalidade em crianças de 7 a 11 anos**. Universidade de Salamanca. Espanha, 2007.

CARLETO, Eliana Aparecida. **O lúdico como estratégia de aprendizagem**. *Revista Olhares e Trilhas*, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 97 - 104, 2003.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender. O resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

CONHECIMENTO E ATITUDES DOS PAIS EM RELAÇÃO À VACINAÇÃO DE SEUS FILHOS

Fabio assunção da Costa¹

RESUMO

A vacinação, uma ação de saúde que permitiu diminuir a mortalidade e erradicar muitas doenças, pode estar em risco como resultado de informações errôneas dos pais e campanhas lideradas por movimentos contra vacinas. *Objetivo:* Descrever e analisar os conhecimentos e atitudes de pais de recém-nascidos e crianças de 2 ou mais meses de idade em relação à aplicação de vacinas. O estudo apontou que o conhecimento e a atitude dos pais sobre as vacinas podem auxiliar a vacinação que é considerada uma medida em favor da saúde de seus filhos. *Discussão:* É urgente educar e responder a perguntas sobre a importância e segurança das vacinas e realizar estudos em nível nacional. Desta forma, o estudo concluiu que tomar vacinas é a melhor maneira de se proteger de uma variedade de doenças graves e de suas complicações, que podem até levar à morte.

Palavras-chave: Vacinação infantil, Programa Nacional de Imunizações, autocuidado, conhecimentos e atitudes.

ABSTRACT

Vaccination, a health action that has reduced mortality and eradicated many diseases, could be at risk as a result of misinformation from parents and campaigns led by movements against vaccines. *Objective:* To describe and analyze the knowledge and attitudes of parents of newborns and children 2 or more months old regarding the application of vaccines. The study pointed out that parents' knowledge and attitude about vaccines can help vaccination that is considered a measure in favor of their children's health. *Discussion:* It is urgent to educate and answer questions about the importance and safety of vaccines and to

¹ Mestre em Biologia pela UFMS.

conduct studies at the national level. Thus, the study concluded that taking vaccines is the best way to protect against a variety of serious illnesses and their complications, which may even lead to death.

Keywords: Child immunization, National Immunization Program, self-care, knowledge and attitudes.

1. INTRODUÇÃO

Para a enfermagem, o estudo de conhecimentos e atitudes permite aos usuários avaliar suas habilidades e, como resultado, projetar as intervenções educacionais necessárias e relevantes para ajudá-los a tomar decisões informadas, reforçar suas capacidades de autocuidado e incentivá-los a participar de uma maneira melhor nos cuidados de saúde.

A vacinação é uma ação de saúde que permitiu reduzir a mortalidade de crianças e erradicar doenças como varíola ou poliomielite em nosso país. Essa medida é considerada altamente lucrativa para a promoção da saúde e da riqueza das nações. Em meados do século passado, o esforço das equipes de saúde para convencer os pais da importância dessa medida sanitária e levá-los a aceitá-la foi de grande magnitude. Posteriormente, graças ao progresso do nível educacional da população e ao avanço dos programas de

saúde materno-infantil, foram alcançadas altas taxas de cobertura.

No entanto, isso parece estar em risco hoje. A cobertura vacinal na população infantil, segundo dados da Organização da Saúde ano de 2018, foi superior a 70% para a maioria das vacinas indicadas nos dois primeiros anos de vida. O mesmo não ocorreu com as vacinas contra difteria, Sarampo, coqueluche e tétano (DPT) com cobertura de 78,8%; a três vacina viral (SRP) a ser aplicada quando as crianças cursavam o primeiro ano da educação básica.

Os dados disponíveis no sistema de monitoramento de vacinas da Organização Mundial da Saúde mostram que todas as vacinas reduziram sua cobertura em comparação com 2017.

Com preocupação, nos últimos tempos tem sido observado em certos grupos de pais, alguma resistência aos filhos serem imunizados; este é o resultado das campanhas dos grupos anti-vacinas e das informações não científicas ou validadas atualmente acessadas pela Internet e pelas redes sociais. Nesse meio, podem ser encontrados mais de cem estudos publicados em revistas científicas

que relatam efeitos negativos das vacinas, categorizados por diferentes condições de saúde. Embora hoje existem evidências científicas suficientes para negar a relação entre autismo e outras doenças com a aplicação da vacina, um número não negligenciável de pais se recusa a vacinar seus filhos. Os grupos anti-vacina não apenas colocam seus filhos em risco, mas também a população em geral, pois a imunidade é afetada.

Portanto, é necessário reconhecer a preocupação atual em nosso país e no mundo em relação às vacinas, a fim de fornecer informações claras e informadas à população e, assim, ajudar os pais a tomar decisões informadas nessa área. Muitos pais vacinam seus filhos sem conhecer a proteção concedida pelas vacinas, as idades e doses em que devem ser administradas e as doenças que evitam.

Com o objetivo de contribuir para a adesão da vacina em nosso país, esta pesquisa teve como objetivo descrever e analisar os conhecimentos e atitudes dos pais de recém-nascidos (RN) e bebês menores e mais velhos, no que diz respeito à aplicação de vacinas que compõem o PNI. Espera-se que os resultados forneçam informações relevantes que permitam o

desenvolvimento de programas educacionais com o objetivo de reforçar a importância da vacinação e o papel principal dos pais como responsáveis pelo cuidado dos filhos. Juntamente com o acolhimento e orientação da equipe de saúde aos pais hesitantes.

2. As informações existentes não lhes permitem tomar uma decisão sobre a aplicabilidade

Para alguns dos pais, ainda há alguma ignorância sobre a eficácia dessas vacinas, o que os impede de considerá-las como uma medida protetora para seus filhos. Para eles, isso se deve à existência de muita informação errônea nos meios de comunicação de massa e à pouca informação nas instituições de saúde.

[...] Eles são uma maneira de prevenir doenças, mas mais informações sobre elas devem ser dadas tanto positivas quanto negativas", "Não tenho certeza de sua eficácia.

"Acho que pode haver vacinas que não são necessárias. Além disso, há muitas informações conflitantes, alguns especialistas dizem que são boas e outras que não são".

Alguns pais do RN não confiam na vacinação porque alegam ser necessários, mas sabem que podem ser prejudiciais aos filhos, dados os componentes que possuem. Além disso, eles relatam sentir-se

frequentemente forçados a colocá-los, tanto por lei quanto pela pressão dos profissionais de saúde. Alguns deles até mostram descrença diante dessa medida, pois consideram parte de um negócio de laboratórios que desenvolvem vacinas.

Acho que a vacinação deve ser gratuita, os pais decidem se vacinam ou não seus filhos, sem medo de serem maltratados psicologicamente por não quererem vacinar seus filhos e depois (após a doença) que o bebê é tratado sem problemas. Muitos de nós sabemos que as vacinas também são um negócio das indústrias farmacêuticas que nada lhes convém. sejamos pessoas saudáveis. Da mesma forma, se todos soubéssemos o composto de vacinas (tecidos orgânicos de animais, vírus e o famoso timerosal), muitos hesitariam em sugerir a vacina e outros, para colocar ", " Eles são leis e devem ser colocados sim ou sim embora alguém como pai não queira (eu não gosto disso). "

No caso destes pais, que já vacinaram seus filhos, vários deles consideram as vacinas uma medida favorável. Eles acreditam, no entanto, que as informações existentes não lhes permitem ter certeza de seus benefícios reais, alguns até se sentindo obrigados a fazê-lo. Portanto, eles consideram um mal necessário.

2.1. Uma medida favorável para a saúde do seu filho

A maioria dos pais pesquisados considera que as vacinas são uma medida protetora para prevenir doenças em seus filhos, por isso são necessárias e benéficas para manter a saúde nelas, o que também é apoiado pela crença de que são seguras e cientificamente confiáveis.

"Tantas doenças foram criadas que eu prefiro vacinar meu filho para evitar qualquer doença. Eu, como mãe, cresci com as mesmas vacinas, por que não vacinar meu filho se não há nada comprovado contra seu uso?"

"Minha mãe, quando eu era pequena, as colocou em mim e elas foram eficazes e, por enquanto, com minha filha também."

"São maneiras de evitar algo mais sério do que não se sabe se isso vai acontecer e não quero me arrepender."

Alguns pais reconhecem que há uma ignorância em relação à eficácia das vacinas e à existência de efeitos colaterais indesejados, o que gera certa desconfiança neles.

"Parece-me que eles ajudaram a melhorar a qualidade da saúde das crianças; no entanto, diante das controvérsias levantadas, a opinião pública poderia ser informada em maior medida". "Não encontrei informações conclusivas sobre o assunto, mas a vacina hexavalente causou menos desconforto".

Vários dos pais pesquisados acreditam que a maneira como as vacinas são administradas gera dor nas crianças, o

que é indesejável e a percebem como uma medida imposta.

"Que eles poderiam procurar maneiras de ser menos invasivos".

"A via de administração é hostil para crianças e pais."

"Eu não gosto deles, faço-o por obrigação."

A análise realizada com base na opinião dos pais sobre o uso de mercúrio nas vacinas mostrou que ouviram falar sobre esse composto. Por um lado, um grupo de pais confia no seu uso e considera que não é arriscado. Outros disseram que há falta de informações, o que os preocupa e um terceiro grupo considera que o uso de mercúrio é prejudicial aos filhos, mas eles são forçados a vaciná-los. É surpreendente que dois dos pais disseram que não estavam interessados no assunto.

Alguns pais acreditam que os estudos mostram que é seguro e também contam com as indicações do pediatra e das autoridades de saúde. Por sua vez, eles argumentam que as vacinas não prejudicam seus filhos e, pelo contrário, permitem que eles previnam doenças.

2.2. O que precisa saber

As imunizações permitem que a criança adquira imunidade a doenças causadas por uma bactéria ou vírus e ajude

a proteger as pessoas ao seu redor. Se não receber a vacina, só poderá obter imunidade se tiver a doença. Isso pode ser perigoso, porque a criança pode ter certos problemas de saúde a longo prazo ou tratamento difícil como resultado da doença. As imunizações ajudam a controlar a doença e a prevenir uma recaída, uma vez controladas.

2.2.1. Como funcionam as imunizações?

As vacinas são formas inativas (mortas) ou enfraquecidas do vírus ou bactérias. Eles são geralmente aplicados como uma injeção ou spray nasal. O corpo da criança produzirá anticorpos quando ela receber a vacina. Os anticorpos fazem parte do sistema imunológico da criança.

Se a criança for exposta ao vírus ou bactérias novamente, seu corpo a reconhecerá e produzirá os mesmos anticorpos para prevenir a doença.

Quais doenças podem ser evitadas com uma vacina: Difteria, Hepatite A, hepatite B, Gripe Haemophilus tipo b (Hib) e gripe (gripe), Papilomavírus humano (HPV), Sarampo e caxumba, Meningococo, Coqueluche (tosse convulsa), Doenças pneumocócicas, como pneumonia,

Poliomielite, Rotavírus, Rubéola, Tétano, Tuberculose (TB), Catapora.

2.2.2. O que deve saber sobre imunizações

As vacinas são administradas de acordo com um cronograma recomendado. A criança pode precisar de algumas vacinas todos os anos para evitar novas formas de vírus, como o vírus da gripe. A criança receberá várias vacinas dentro de algumas semanas após o nascimento. Precisar de 2 ou mais doses de cada vacina. Algumas vacinas são combinadas com outras. A criança também pode precisar de algumas doses de reforço. Seja guiado pelo plano de imunização dado pelo médico ou leve-o à clínica para administrar as doses que faltam.

Algumas vacinas protegem a criança de certas doenças quando ela é mais velha. Por exemplo: a hepatite A geralmente não é uma doença infantil. A vacina impedirá seu filho de contrair esta doença quando adulto.

Algumas vacinas são dadas apenas para determinadas situações. A criança pode precisar da vacina contra a raiva se ela for mordida por um animal que pode

transmitir esta doença. Pode ser necessário tomar certas vacinas se viajar para o exterior. Informe o médico o mais rapidamente possível, se a criança estiver em viagem. Algumas vacinas levam várias semanas para entrar em vigor.

As vacinas não aumentam o risco da criança ter autismo. Alguns pais temem que seus filhos corram maior risco de ter autismo se forem vacinados. Estudos indicam que não há relação entre vacinas e autismo. Verifique com o médico se você está preocupado que a criança tenha autismo.

Mantenha um registro das vacinas que a criança recebe. O médico também manterá um registro eletronicamente. Mantenha um registro para garantir que a criança receba todas as doses necessárias no momento certo. Esse certificado pode ser necessário para a criança se matricular na escola ou universidade ou praticar esportes. Leve o registro a todas as consultas para vacinar seu filho.

2.2.3. Os riscos que as imunizações representam

A pessoa raramente contrai a doença quando recebe a vacina. O local da injeção pode ficar vermelho, inchado ou dolorido. Esses efeitos geralmente são leves e desaparecem poucas horas após o recebimento da vacina. As vacinas podem causar reações alérgicas em algumas pessoas. Informe o médico de todas as alergias que a criança tem. Diga a ele se o sistema imunológico da criança está enfraquecido. Não poderá receber formas vivas de vacinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, os pais dizem estar dispostos a vacinar seus filhos, mas precisam ter um conhecimento cada vez mais informado que lhes permita tomar decisões conscientes. A isto se acrescenta a necessidade de alcançar os grupos que definitivamente não vacinam seus filhos;

É importante considerar que, desde que as pessoas não tenham conhecimento ou tirem dúvidas, os planos de vacinação estão em risco. O papel dos comitês científicos é fundamental nesse sentido; portanto, eles devem permanecer alertas e atualizados nas revisões e evidências sobre vacinas e seus componentes. Profissionais de saúde, especialmente pediatras e

enfermeiros, devem ter um diálogo empático com as pessoas, especialmente com os "hesitantes", com respostas claras, precisas e convincentes. É urgente esclarecer dúvidas sobre a segurança das vacinas.

REFERÊNCIAS

- <http://www.cdc.gov/vaccines/vac-gen/whatifstop.htm> - acessado em 17/06/2019
- <http://www.cdc.gov/vaccines/vac-gen/why.htm> - acessado em 17/06/2019
- <https://familia.sbim.org.br/vacinas/perguntas-e-respostas/como-posso-ter-certeza-de-que-as-vacinas-sao-seguras> - acessado em 17/06/2019
- <http://www.who.int/bulletin/volumes/86/2/07-040089/en/> - acessado em 17/06/2019

FORMAÇÃO CONTINUADA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOCENTE

Cícera Barbosa¹

RESUMO

Este artigo traz por objetivo geral investigar a contribuição da formação continuada docente como aliada a condição humana frente às negligências envolvendo a qualidade de vida no trabalho, com ênfase nos professores da educação básica do distrito de Santa Elvira em Juscimeira/MT. O estudo compreende que o docente carrega consigo uma responsabilidade implícita a profissão assumida, pois, precisa estar sempre atualizado na sua área de atuação, principalmente na forma como transmite tais ensinamentos, precisa saber manusear as novas tecnologias que surgem diariamente no mercado e ainda saber lidar com as novas gerações que se apresentam, tornando-se assim alguém que necessita desenvolver diversas habilidades através de uma formação continuada, e com isso vem o desgaste físico e emocional. A pesquisa baseou-se em autores como Moreira (2010), Holmes (2014), dentre outros que destacaram a importância da Formação Continuada contribuição com a melhoria na qualidade de vida do professor durante a execução do seu trabalho na educação básica.

Palavras - Chave: Formação Continuada. Qualidade de Vida. Professor. Educação Básica.

ABSTRACT

This article aims to investigate the contribution of continuing teacher education as an ally to the human condition in the face of neglect involving quality of life at work, with an emphasis on basic education teachers in the district of Santa Elvira in Juscimeira / MT. The study understands that the teacher carries an implicit responsibility with the assumed profession, because he must always be up to date in his area of activity, mainly in the way he transmits such teachings, he needs to know how to handle the new technologies that appear daily in the market and also know how to deal with the new generations that present themselves, thus becoming someone who needs to develop various skills through continuous training, and with that comes physical and emotional wear. The research was based on authors such as Moreira (2010), Holmes (2014), among others who highlighted the importance of Continuing Education contribution to improving the quality of life of teachers during the performance of their work in basic education.

Keywords: Continuing Education. Quality of life. Teacher. Basic education.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas vem ocorrendo muitas alterações no perfil do trabalho docente. São mudanças que influenciam as

¹ Licenciatura em Letras Habilitação Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa – UFMT Campus Rondonópolis/MT 2002, Pedagogia – Faculdade Albert Einstein – FAUBE - 2013, Bacharel em Serviço Social – Universidade Norte do Paraná - UNOPAR - 2011; Pós Graduada em:

Educação do Campo – Desenvolvimento e Sustentabilidade – Instituto Federal de educação, ciência e Tecnologia – MT; Processo do Ensino - Aprendizagem da Educação Infantil E Séries Iniciais – Faculdade São Luís – Jaboticabal –SP.

relações dos professores, em especial quando se trata dos avanços envolvendo a tecnologia, a economia, o social, até mesmo a política e por fim os fatores demográficos. O trabalho realizado em sala de aula tem sofrido grandes mudanças no perfil pedagógico e tem exigido muito por parte dos professores por conta da competitividade mercadológica, dos fatores econômicos, e principalmente por conta das relações sócios individuais e tecnológicas. Todas estas mudanças passaram a influenciar a as organizações em seus planejamentos e ações no ambiente educativo, de modo que os professores que trabalham em instituições públicas também tiveram que fazer suas adequações com o objetivo de melhorar a qualidade na forma de ensinar.

A Qualidade de Vida no Trabalho é conceituada por segundo Garcia, (2007) como um conjunto de estratégias desenvolvidas por determinada instituição seja ela educacional ou não, para oferecer melhorias e qualidade no âmbito tecnológico, estruturais, ergonômico, sócio afetivo no local de trabalho, mencionando também princípios legais como, por exemplo, igualdade nos direitos e

obrigações assim como compatibilidade de salário relacionado com a função exercida.

Frente a esse contexto, os professores atuantes na educação básica passaram a ficar cada vez mais expostos as condições menos confortáveis de trabalho podendo presenciar rotinas excessivas, levando-os a desgastes físicos, mental e emocional gerando um desequilíbrio profissional que vem acarretando à categoria várias doenças psicoemocionais com manifestações de toda ordem.

Nesse contexto, o movimento educacional tem buscado conciliar o interesse dos professores na busca por melhores condições para a execução de suas atividades, assim como o interesse das instituições que objetiva alcançar seus objetivos e metas, ou seja, o de oferecer um resultado que seja satisfatório aos seus mantenedores sem se importar muito com os resultados, ou ainda com as consequências que tais resultados podem proporcionar na vida do professor.

Dessa forma, o objetivo deste estudo trata de investigar a contribuição da formação continuada docente como aliada a condição humana frente às negligências envolvendo a qualidade de vida no

trabalho, com ênfase nos professores da educação básica do distrito de Santa Elvira em Juscimeira/MT.

Portanto, o estudo procura falar da valorização da formação continuada que vem oferecer ao trabalho docente segundo Freitas et al., (2016) maior compreensão acerca da conscientização de melhorias e adequações estruturais e ergonômicas, com a finalidade principal de melhorar a qualidade de vida do professor ao desenvolver suas funções e promover uma redução no desprazer e desgaste do dia a dia, aumentando assim o índice de produtividade, tanto nas instituições de ensino, quanto em qualquer atividade em que o mesmo esteja assumindo no universo educacional, assim como na vida pessoal daqueles docentes que desenvolvem uma rotina diária laboral em que envolvem frustrações, estresse, cansaço, tédio e raiva.

2. O SENTIDO DO TERMO QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOCENTE

Nos últimos anos, as discussões envolvendo qualidade de vida no trabalho tem vivenciado um momento diferente, em especial no que tange a área da saúde, pois, segundo Holmes et al., (2014) os diferentes

fatores que promovem maiores risco no ambiente de trabalho estão na maioria das vezes subjugados à aspectos competitivos, e estes vem propiciando maior vulnerabilidade as pessoas, causando assim o comprometimento da saúde dos professores na conjuntura educacional, viabilizando um trabalho de conscientização e melhoramento que possa favorecer nos espaços educacionais, uma importante proposta de formação continuada.

A qualidade de vida no trabalho nas instituições educacionais de acordo com Moreira et al. (2010) tem como objetivo proporcionar executar na prática de forma planejada as estratégias, pré formulada por uma equipe formada pela atual gestão, com a finalidade de oferecer aos professores, melhores condições e bem estar na hora da execução do seu serviço, de forma que a qualidade de vida pode ser identificada através dos resultados obtidos na finalização do trabalho prestado, onde todos saiam satisfeitos, o profissional, executa o seu trabalho com sucesso e o público alvo, que nesse caso são os alunos, conseguem captar uma boa mensagem, ou seja, conseguem assimilar os conteúdos transmitidos pelo professor fazendo dessa

dinâmica o cumprimento das metas da instituição.

O autor complementa que vivencia-se em um período no qual a autoinformação é necessária para garantirmos a sociabilidade e a participação nas mudanças sociais e culturais que ocorrem de modo muito dinâmico a nossa volta e nesse contexto a formação continuada trata-se de uma ferramenta garantidora dessa participação, pois, trás informações transformadoras através do poder da comunicação, da tecnologia, da veiculação de mídias diversas, provocando comportamentos nas pessoas na forma de observar o mundo.

A Formação Continuada trata-se de uma exigência da Lei de Diretrizes de Bases da educação - Lei 9394/96, no qual os professores são obrigados a conhecer as leis que regem seus direitos e deveres, para que, assim, possam cobrar mais das autoridades competentes, sejam elas entidades públicas ou privadas.

Em relação aos direitos recorremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96, no Artigo 13, que destaca: Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, p. 6).

A partir dessa visão, a exigência em torno dos professores, torna-se maior, pois, determinam que passem a compreender com certa urgência e ao mesmo tempo passe a se preparar para se adaptar com algumas condições de trabalho que na maioria das vezes afetam de forma negativa o rendimento e, por consequência, a qualidade de vida no trabalho, gerando em vários casos doenças laborais.

A importância dessa pesquisa esta em acompanhar a tendência ao desenvolver o processo histórico, pois, na ampla visão de Cury Junior (2012) com as transformações sofridas nos ambientes laborais, foram interferindo de forma significativa e prejudicial à saúde dos profissionais da educação, em especial os

que atuam no âmbito restrito da docência, visto que os professores ficam expostos diariamente a várias situações que emitem uma frustração, devido a vários fatores internos e externos, gerando um alto nível de estresse diário e a soma desse desgaste com o passar do tempo causa riscos a saúde física e mental.

Diante ao que foi apresentado o projeto apresenta relevância frente a necessidade de compreender a formação continuada como uma atividade que proporciona uma sequência lógica da carreira docente que acontece após a certificação, e tem como objetivo proporcionar uma gradativa melhoria profissional e experiências no âmbito do ensino aprendizagem. Tal exigência ocorre devido aos baixos resultados encontrada e também devido à necessidade de reconstruir e reestruturar o modo de se produzir, introduzindo preocupações, saberes, competências e habilidades por parte do trabalho docente.

Nesse viés informacional aconteceram várias transformações e algumas negativas, como por exemplo, o empobrecimento estrutural da maioria das instituições públicas e isso tem dificultado a manutenção da qualidade do trabalho do

professor levando a um baixo rendimento, causando-lhe um alto índice de estresse e prejudicando-lhe a saúde física e mental.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa iniciará através de um levantamento bibliográfico, ou seja, a partir de fontes escritas sobre o tema escolhido; esse procedimento utilizado possibilitará a ampliação do conhecimento teórico, bem como a fundamentação dos pontos importantes que permearam o estudo. As principais fontes utilizadas serão: livros, publicações, artigos, textos on line, revistas da área, reforçando dessa forma a compreensão da questão em pauta.

Sendo assim, a intenção da pesquisa bibliográfica é dar suporte literário e um direcionamento para as questões que se pretende investigar de forma que tenham uma sequência lógica, clara, coerente e de cunho científico.

O levantamento bibliográfico também permitira esclarecimentos específicos sobre o assunto, ao possibilitar a explicação e o subsídio teórico daquilo que já foi abordado referente ao tema trabalhado. Além do levantamento

bibliográfico, utilizará da pesquisa descritiva, visando identificar as características do público alvo e assim obter as informações consideradas relevantes, partindo do ponto de vista de alguns colaboradores que compõe a área de abrangência em foco e nesse caso trata-se da “Formação Continuada Docente”.

Terminando o processo de revisão de literatura o pesquisador partirá para a pesquisa de campo, a qual se realiza por meio de uma busca minuciosa para averiguar a realidade de um caso junto a testemunhas, ou seja, é importante promover a participação do pesquisador e dos pesquisados. Quanto maior a participação e interação entre pesquisador e os membros da investigação, melhor e mais consistente será o resultado a partir do estudo.

A busca de realização dos objetivos estabelecidos também utilizar-se-á da forma de pesquisas quantitativa “Pesquisa de campo”, pois trata-se da coleta de dados, de uma determinada população, para que posteriormente seja quantificado e transformado em estatística visando fornecer uma dado a ser analisado.

E para se chegar a esse resultado será

elaborado um questionário contendo perguntas abertas direcionadas aos gestores do setor de controladoria das empresas citadas, para que se possa obter respostas que respondam aos objetivos da pesquisa e a questão problema.

A pesquisa será realizada em forma de questionários semiestruturado no qual irá permitir a manifestação de opiniões e complementações de respostas que giram em torno do eixo central da viabilização da implementação do setor de controladoria como forma de controle de gestão nas empresas do agronegócio deste município.

Esse estudo será realizado no em 2 (duas) Instituição Pública, no Distrito de Santa Elvira em Juscimeira/MT

Participarão dessa pesquisa 20 (vinte) Professores da Educação Básica, com diversas formações.

Tipo	Critérios
Palavras Chave	Educação Continuada; Sala do Professor; Qualidade de vida, Educação Básica.
Base de Dados	LILACS; SciELO; Periódicos Capes: Revista Evidência, Revista Brasileira em promoção da Saúde; Documentos do Ministério da Educação; Livros; Artigos, monografias e teses publicadas.

Assunto	Educação continuada e Qualidade de vida no trabalho docente
Ano de publicação do material de pesquisa	De 2008 a 2018
Coleta de dados	Questionário semiestruturado
Tipo de análise	Qualiquantitativa
Tipo de Documento	Pré-projeto Mestrado em Educação

Fonte: Da autora

A coleta de dados será realizada através de diferentes técnicas: questionários, análise documental, observação do cotidiano escolar e entrevistas semiestruturada.

Esta modalidade de pesquisa possibilita o envolvimento na obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar as perspectivas dos participantes.

Esta pesquisa tem natureza quantitativa e qualitativa, e, para iniciá-la, foi selecionado fontes bibliográficas, nas quais será apoiado para desenvolver o estudo. Além do levantamento bibliográfico será utilizada a pesquisa descritiva, visando obter informações consideradas relevantes, partindo do ponto de vista dos sujeitos investigados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Cloves. **Formação continuada e a promoção da saúde do professor.**

Disponível em:

http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/973_878.pdf. Acesso em: 09/10/2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes de Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CURY JUNIOR, C. H. **Qualidade de vida no trabalho e subjetividades docentes.**

Revista Evidência, v. 6, n. 6, p. 89-110, 2012.

Disponível em:

<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/211>. Acesso em: 26 Out. 2018.

HOLMES, E. S. et al. **Síndrome de Burnout em enfermeiros na atenção básica: repercussão na qualidade de vida.**

Revista de pesquisa: cuidado é fundamental, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 2014. 1384-1395.

Disponível em:

<<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3311/pdf.656>>. Acesso em: 23 Out. 2018.

MOREIRA, H. de R. et al. **Qualidade de vida no trabalho e perfil do estilo de vida individual de professores de Educação Física ao longo da carreira docente.**

Motriz: Revista de Educação Física, v. 16, n. 4, p. 900-912, 2010.

Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n4p900>>. Acesso em: 23 Out. 2018.

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE MATEMÁTICA ATRELADO AO USO DO MATERIAL CONCRETO NOS ANOS INICIAIS DE ESCOLARIZAÇÃO

Eliete Maria Ribeiro de Souza¹

RESUMO

Este artigo visa contribuir para a melhoria do ensino da matemática, com foco no trabalho dos professores que devem experimentar ampliar o conhecimento e reafirmar a necessidade de uma mudança na metodologia no campo matemático, seguindo a linha de pensamento reflexiva e centrando-se na importância da fase manipuladora e no uso de materiais concretos, a fim de alcançar o aquisição de competência matemática.

Palavras – chave: Material Concreto. Séries Iniciais. Ensino e Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the improvement of mathematics teaching, focusing on the work of teachers who should try to broaden knowledge and reaffirm the need for a change in methodology in the mathematical field, following the reflective line of thought and focusing on the importance of manipulative phase and the use of concrete materials in order to achieve the acquisition of mathematical competence.

Keywords: Concrete Material. Initial series. Teaching and learning.

1. INTRODUÇÃO

É necessário que a escola, por um lado, levante situações de aprendizagem que

permitam a construção do conhecimento através de experiências inovadoras e, ao mesmo tempo, que estimule o trabalho intelectual baseado na observação, análise, debate, hipótese e reflexão. Encontrar formas de representar também ajuda a construir e estruturar o pensamento, com base em objetos concretos e materiais manipuláveis: materiais para classificar ou contar, para representar figuras etc. A presença de materiais ajuda a desencadear o raciocínio lógico-matemático e a compreensão do meio ambiente.

A garantia para o desenvolvimento ideal do pensamento matemático é necessária começar a partir de uma base manipulativa, através da representação gráfica, para alcançar a linguagem simbólica. Similarmente, para que as crianças adquiram o pensamento lógico matemático apropriado no fim de sua escolarização, é necessário começar a desenvolver-se de uma idade nova esse pensamento.

Portanto, na proposta do trabalho educativo devem ser realizadas atividades contextualizadas que incentivam os alunos a pensar, raciocinar e buscar estratégias para resolver os problemas, tudo através da manipulação de objetos. A metodologia a ser utilizada no desenvolvimento das atividades

¹ Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT; Especialização em: Psicopedagogia pela FAIS – Faculdade

de Sorriso, Gestão Pública Municipal pela UNEMAT e Gestão Escolar pela UFMT. Mestre em Ciências da Educação.

refletirão a aprendizagem baseada em ação que permite a manipulação de objetos concretos.

2. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE MATEMÁTICA E O USO DO MATERIAL CONCRETO

Dienes (2007) fala que trabalhar com material concreto implica um número infinito de vantagens, tanto do desenvolvimento intelectual quanto pessoal e social para os alunos pelo fato de seu uso produzir tantos benefícios.

[...] O cérebro é dividido em dois hemisférios e cada um trabalha de maneira diferente, a esquerda pensa em palavras (funções: pensamento sequencial, análise lógica, capacidade de escutar, linguagem ...) e a direita em imagens (funções: memória fotográfica, criatividade, imaginação, orientação espacial, concentração ...). Atualmente, o lado esquerdo é quase exclusivamente favorecido, perdendo assim um grande potencial cerebral (DIENES, 2007, p.56).

Para o autor, trabalhar com materiais manipulativos favorece o desenvolvimento do lado direito, que cria imagens mentais da realidade, ajudando a criança a transmitir informações de um hemisfério para outro, decodificando o número em imagens e vice-versa.

Em suma, Machado (2009) explica que os alunos que usam material concreto conseguem estimular as atividades do hemisfério direito, promovendo um desenvolvimento global do cérebro, que

apresenta enormes vantagens. Isso faz as crianças prosperarem em matemática, mas também em outras disciplinas, aumentando sua confiança para enfrentar desafios futuros.

Segundo Lakatos (2008), Graças ao desenvolvimento global do cérebro, podemos destacar inúmeras vantagens:

- ✓ O uso de materiais supõe um desempenho positivo, desencadeia atividades de construção do pensamento, ajuda o processo de formação de modelos mentais (chaves na assimilação de conceitos), facilita a compreensão e constitui um meio suficientemente rico para aprender;
- ✓ Permite a reflexão de conceitos e propriedades matemáticas. Eles também recriam situações diferentes de maneira mais realista do que a encontrada nos livros. Tudo isso é básico para os alunos construírem suas próprias ideias matemáticas;
- ✓ Manipulação, observação, reconstrução ... é a bagagem experimental que ajuda a elaborar ideias, obtendo um produto intermediário entre a experiência e o conceito (é criado um espaço intermediário entre a realidade objetiva e a imaginação.), que tende a se

estabelecer em Inteligência com maior firmeza e clareza. Manipulação é o caminho concreto para a abstração.

- ✓ O jogo educativo é um meio de aproximar os verdadeiros interesses da criança da educação. Funciona como um agente motivador, desperta interesse e curiosidade, estimula a escuta, a cooperação e garante um aprendizado atraente. Eles também promovem a autonomia, a busca de estratégias, o desenvolvimento de habilidades e o uso do raciocínio e da lógica. Tudo isso através de ação lúdica.
- ✓ O brincar didático ajuda a trabalhar simbolicamente e permite que as crianças resolvam os problemas quase inconscientemente.
- ✓ Otimize o processo de ensino-aprendizagem, pois através de diversos materiais o aluno pode criar um ensino diversificado e rico. Então o aprendizado transmitido pode ser significativo e com alto grau de conscientização.

Para Lakatos (2008), o aluno será o protagonista da aprendizagem, portanto, o professor não é um didático que tem o conhecimento, mas tomará um papel orientador no processo de ensino de aprendizagem que a criança deve aprender. Em

geral, o professor deve acompanhar o aluno em seu desenvolvimento, incentivar o seu interesse e motivação. De acordo com o autor, "a aprendizagem é considerada como uma modificação do conhecimento que o aluno deve produzir por conta própria e que o professor só deve provocar" (p. 66).

2.1. Materiais concretos para a assimilação de conteúdos

Segundo Moura (2006), o ensino deve se concentrar no aluno e proporcionar aprendizado significativo. Para isso, é necessário que descubra seus próprios processos de aprendizado, através dos quais interpreta a realidade, e processa as informações de acordo com seu próprio estilo de aprendizado, que varia de acordo com as informações e o contexto.

Portanto, o aprendizado é influenciado pelos processos do aluno e pela metodologia do professor. À medida que o aluno assimila e entende esses processos, seu aprendizado será mais preciso a cada dia, e fica comprovado que o interesse das crianças é diretamente proporcional à sua participação na atividade. O que nos leva novamente a criticar os processos tradicionais de ensino, onde os conhecimentos e procedimentos

para realizá-los são separados (TOLEDO, 2007).

Na maioria dos casos, o professor emite produtos elaborados por meio de processos nos quais o aluno não participa, o que gera grande desinteresse. A criança precisa de ação em sua vida e precisa de ação para assimilar o conhecimento. Essa deve ser a principal característica de uma escola moderna, na qual pensamento e ação se entrelaçam, sendo inconcebível um sem o outro.

Portanto, Lorenzato (2006) fala que devemos buscar uma didática ativa e lúdica, na qual o aluno desenvolva conceitos para si mesmo através de situações criadas adequadamente pelo professor. É o espírito da pesquisa e o ímpeto de conhecer aqueles que realmente enraízam firmemente nosso aprendizado.

[...] Para continuar justificando essa necessidade de trabalhar com materiais de ensino manipulativos na sala de aula de matemática, queremos confiar no fato de que para chegar ao conceito de número como o conhecemos hoje, foi necessário um processo muito longo de abstração da quantidade (CASTELNUOVO, 2000, p.78).

Portanto, o lógico seria trabalhar da mesma maneira com as crianças, cujas mentes estão em processo de desenvolvimento. Partindo do concreto,

para que, ao estabelecer os conceitos, caminhem no seu próprio ritmo em direção à abstração, a partir de uma base sólida que produz confiança em si e no que faz, valorizando sua utilidade.

Um método recomendado para realizar esse processo lento e gradual do concreto para a abstração, que muitos conceitos matemáticos exigem, baseia-se em fornecer à criança: situações reais, materiais manipulativos, o que tocar, o que experimentar, o que fazer, que vivo a matemática, que ele os valoriza, que intervém, que sente que o que ele realmente faz lhe serve de algo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é indubitavelmente e necessário que os professores que irão ministrar suas aulas através do uso de materiais concretos tenham grande domínio prévio e experiência com eles na sala de aula. Eles também devem estar cientes de que precisarão gastar mais tempo para programar suas práticas de ensino.

É importante indicar que o tempo necessário para alcançar o mesmo conceito é prolongado se for feito com o uso de materiais. Mas, em contraste com essa visão negativa, deve-se dizer que, sem dúvida, o

nível de entendimento adquirido com esses conceitos é muito mais profundo.

Finalmente, seu uso deve ser normalizado desde o início, para que nem os pais nem os alunos o considerem uma perda de tempo. Esses são, sem dúvida, aspectos a serem levados em consideração ao realizar a incorporação de materiais concretos no ensino. Tudo dependerá do entusiasmo e do interesse que os responsáveis, ao desenvolverem essa nova maneira de ensinar, terão de alcançá-la.

REFERÊNCIAS

- AGRANIONI, N. T.; SMANIOTTO, M. Jogos e aprendizagem matemática: uma interação possível. Erechim: EdiFAPES, 2002.
- BÓIA, Luciano. **Como Trabalhar com Blocos Lógicos**. Disponível em lucianoaraujoboia.blogspot.com.br/2012/04/como-trabalhar-com-blocos-logicos-html. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: matemática. Ensino de 5ª a 8ª Séries. Brasília-DF: MEC/SEF, 1998.
- CASTELNUOVO, E. **Didática de la matemática moderna**. México, DF: Trillas, 2000.
- DIENES, Z. G. **A Matemática moderna no ensino primário**. São Paulo, SP. Editora Fundo de Cultura S/A, 2007.
- KAMIL, Constance. **A criança e número: Implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 e 6**. Tradução A. de Assis. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2000.
- LAKATOS, I. **A lógica do descobrimento matemático: provas e refutações**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.
- LORENZATO, Sergio. **O Laboratório de Ensino de Matemática na Formação de Professores**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- MACHADO, N. J. **Matemática e educação: alegorias, tecnologias e temas afins**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. MICOTTI, M. C. O. O Ensino e as propostas pedagógicas. In: BICUDO, M. A. V. Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- MOURA, M. O. **A séria busca no jogo: do lúdico na matemática**. In: KISHIMOTO, T. M. (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- NOVELLO, T. P. et al. **Material concreto: uma estratégia pedagógica para trabalhar conceitos matemáticos**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: Champagnat, 2009.
- SARMENTO, A. K. C. **A utilização dos materiais manipulativos nas aulas de matemática**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 6., 2010, Teresina, Anais... Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2010.
- TOLEDO, Marília. TOLEDO, Mauro. **Didática da matemática: com a construção da matemática**. São Paulo: FTD, 2007.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: MODELO E DESENVOLVIMENTO PARA UM ENSINO SUSTENTÁVEL

Cícera Barbosa¹

RESUMO

A Educação do Campo é compreendida como conceito que se estrutura e ganha conteúdo no contexto histórico, que se forma e se firma no conjunto das lutas de movimentos sociais e que se manifesta e transforma nas relações sociais, reivindicando e abrindo espaço para a efetivação do direito à educação, dentro e fora do Estado. Essa pesquisa trás como objetivo desenvolver um aparato teórico, sobre o ensino rural e suas configurações, aclarando conceitos e tendências, dentro do contexto educacional. A pesquisa ocorreu, através de um levantamento bibliográfico; ou seja; a partir de fontes escritas sobre o tema escolhido; esse procedimento utilizado possibilitou a ampliação do conhecimento teórico; bem como a fundamentação dos pontos importantes que permearam o estudo. Foi possível concluir que para um projeto de educação que contribua para a realidade do campo, o fortalecimento da agricultura familiar torna-se fundamental, pois, entende-se que a relação campo-cidade é um eixo que necessita ser considerada em sua dialeticidade, como condição de educação de qualidade para todos os brasileiros.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Agricultura familiar. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Rural Education is understood as a concept that is structured and gains content in the historical context, that is formed and established in the set of struggles of social movements and that is manifested and transformed in social relations, claiming and opening space for the realization of the right education, inside and outside the state. This research aims to develop a theoretical apparatus, about rural education and its configurations, clarifying concepts and trends, within the educational context. The research took place, through a bibliographic survey; that is; from written sources on the chosen topic; this used procedure enabled the expansion of theoretical knowledge; as well as justifying the important points that permeated the study. It was possible to conclude that for an education project that contributes to the reality of the countryside, the strengthening of family farming becomes essential, since it is understood that the rural-city relationship is an axis that needs to be considered in its dialectic, as condition of quality education for all Brazilians.

Keywords: Rural Education. Family farming. Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças advindas com as transformações econômicas, culturais e tecnológicas, ocorridas em todo o mundo no século XXI têm rompido com muitos

¹ Licenciatura em Letras Habilitação Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa - UFMT Campus Rondonópolis/MT 2002, Pedagogia - Faculdade Albert Einstein - FAUBE - 2013, Bacharel em Serviço Social - Universidade Norte do Paraná - UNOPAR - 2011; Pós Graduada em: Educação do Campo - Desenvolvimento e

Sustentabilidade - Instituto Federal de educação, ciência e Tecnologia - MT; Processo do Ensino - Aprendizagem da Educação Infantil E Séries Iniciais - Faculdade São Luís - Jaboticabal -SP.

valores e promovido a abertura de novas discussões sobre a função social de diversas instituições, dentre elas, a escola. A necessidade de investigar as novas relações que os diversos atores sociais estabelecem com o conhecimento e com a escola, passa então a ser parte integrante de um processo de formação profissional que se apresenta sob novas dimensões na sociedade brasileira.

A década de 90, em particular, tem sido considerada um marco de extrema importância para as transformações em andamento na educação brasileira. O ingresso na universidade no momento em que intensos debates sobre as questões educacionais, realizados com a Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a preocupação com a formação de professores, o apoio à pesquisa, a emergência de uma agenda crítica sobre os problemas que afetam a educação, tornam-se mais presentes no cenário educacional, contribuíram decisivamente para o surgimento de dúvidas que, ao longo de meu percurso profissional e acadêmico, venho tentando responder.

Ao nos remetermos a questão educacional, as categorias que nos emergem a luz não apenas enquanto construção acadêmica, mas também

enquanto construção de ser humano, ator histórico dentro das lutas de classe, automaticamente vem as nossas mentes quais são as categorias: educação, meio rural, e condições de vida. O que se pretende tornar claro é que a construção da escolha pelas categorias não se desvincula do nosso modo de vida, na qual a educação no campo de ação profissional, e o meio rural são pontos de partida dentro das condições oferecidas na construção da história.

Essa pesquisa traz como objetivo desenvolver um aparato teórico, sobre o ensino rural e suas configurações, aclarando conceitos e tendências, dentro do contexto educacional.

Para alcançar os objetivos propostos; a pesquisa iniciou-se através de um levantamento bibliográfico; ou seja; a partir de fontes escritas sobre o tema escolhido; esse procedimento utilizado possibilitou a ampliação do conhecimento teórico; bem como a fundamentação dos pontos importantes que permearam o estudo.

As principais fontes enfocadas foram: livros; publicações; artigos; textos online; revistas; reforçando dessa forma a compreensão da questão em pauta. De acordo com Lakatos e Marconi:

A pesquisa bibliográfica; ou de fontes secundárias abrange toda bibliografia já tomada pública em relação ao tema de estudo; desde publicações avulsas; boletins; jornais; revistas; livros; pesquisas; monografias; teses; material ortográfico; etc.; até meios de comunicações orais: rádios; gravações em fita magnética e áudio visual: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito; dito ou filmado sobre determinado assunto; inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma; quer publicado quer gravado (LAKATOS; MARCONI; 2002 p.71).

A pesquisa bibliográfica também permitiu esclarecimentos específicos sobre o assunto; ao possibilitar a explicação e o subsídio teórico daquilo que já foi abordado referente ao tema trabalhado. Além do levantamento bibliográfico; utilizou-se a pesquisa descritiva; visando identificar as características do público-alvo e assim obter as informações consideradas relevantes; partindo do ponto de vista de alguns usuários que compõe a área de abrangência em foco. Gil declara que:

[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou; então; o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados; tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, p.42).

Tendo em vista a especificidade do objeto de estudo, foi apresentado através de revisão de literatura um balanço do ensino rural no Brasil, salientando as relações entre o discurso e a realidade.

2 EDUCAÇÃO RURAL: CONCEITOS, VALORES E IMPORTÂNCIA

Para se discorrer sobre uma instituição social em uma abordagem sociológica, julgamos necessário o seu enquadramento dentro da sociedade na qual se insere. Trata-se, portanto de uma instituição escolar dentro da sociedade brasileira, caracterizada pelo modo de produção capitalista, estruturada em classes. A constituição das classes sociais se dá no interior da própria luta através da relação capital e trabalho. Classe e consciência de classe vão se constituindo dentro do processo das transformações do trabalho.

Com o desenvolvimento das forças produtivas no campo, ocorrem as transformações nas relações de produção, determinando novas relações sociais. Esses diferentes momentos do desenvolvimento da acumulação capitalista determinam trabalhos específicos. O trabalho se desenvolve junto com o capital, passando por transformações que vêm atender à nova

forma de produzir. Emerge a necessidade de trabalhos associados a habilidades para atender ao desenvolvimento econômico e político do capital.

Auxiliado pela escola, o capital vai aperfeiçoar a força-de-trabalho necessário ao desenvolvimento da produção de mais valia. A escola, planejada pelo Estado, funcionando pelo pensamento burguês e projetada por propostas pedagógicas oriundas de uma política educacional capitalista, cria expectativas de mobilidade social ao trabalhador. Compõe um universo imaginário que oculta a sua essência. Portanto, modelos pedagógicos para o trabalhador rural têm se tornado sinônimo de aprimoramento da proletarização de homem do campo. Aparecem como alimentadoras de melhores condições de vida e criadoras de um universo imaginário que oculta a condição de explorado.

A concepção de uma educação a partir do campo e no campo foi formulada em um contexto de problematização de conceitos e ideias até então arraigados na sociedade brasileira, como tem sido o de educação rural. A concepção de Educação do Campo, em substituição à Educação Rural, entende campo e cidade enquanto duas partes de uma única sociedade, que

dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual.

A concepção de educação que historicamente pautou as iniciativas educacionais para o meio rural fundamenta-se, principalmente, na categorização urbano/rural, na qual o espaço rural é definido, de acordo com critérios do IBGE, pela sua localização geográfica e a baixa densidade populacional; por um projeto de desenvolvimento centrado nas atividades urbano-industriais, segundo o qual o campo tenderia ao desaparecimento, não sendo pertinente, portanto, o investimento em políticas estruturantes nesse espaço; pela concepção de rural enquanto espaço tipicamente de atividades agrícolas, priorizando o latifúndio.

Desse projeto social, resulta um modelo educacional pautado na oferta de educação mínima, restrita às primeiras séries do Ensino Fundamental; escolas em condições precárias; educadores com pouca formação e baixos salários, incorporação de conceitos urbanos que desconsideram a realidade e a vida camponesa, que alimentam a competitividade, o individualismo e desprezam as diferenças.

Por sua vez, a Educação do Campo é compreendida ao mesmo tempo como conceito em movimento, enquanto unidade político-epistemológica, que se estrutura e ganha conteúdo no contexto histórico, que se forma e se firma no conjunto das lutas de movimentos sociais camponeses; que se manifesta e transforma nas relações sociais, reivindicando e abrindo espaço para a efetivação do direito à educação, dentro e fora do Estado.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo se diferencia da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades de homens e mulheres camponeses criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos homens e das mulheres do campo, em todas as suas dimensões.

O campo, compreendido a partir do conceito de territorialidade, é o lugar marcado pela diversidade econômica, cultural e étnico-racial. É espaço emancipatório quando associado à construção da democracia e de

solidariedade de lutas pelo direito a terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. Mais do que um perímetro não-urbano, o campo possibilita a relação dos seres humanos com sua própria produção, com os resultados de seu trabalho, com a natureza de onde tira o seu sustento. Se comprometida com a diversidade do trabalho e sua cultura, a educação terá também especificidades que precisam ser incorporadas nos projetos político-pedagógicos. Entendemos, no entanto, que o campo e a cidade são dois polos de um continuum, duas partes de um todo, que não podem se isolar, mas, antes de tudo, articulam-se, completam-se e se alimentam mutuamente.

A Educação do Campo, então, se afirma na defesa de um país soberano e independente, vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade, que se opõe ao modelo de educação rural vigente. Nessa perspectiva, a escola torna-se um espaço de análise crítica para que se levantem as bases para a elaboração de uma outra proposta de educação e de desenvolvimento. Nesse sentido, busca-se desenvolver uma proposta de educação voltada para as necessidades das

populações do campo e para a garantia de escolarização de qualidade, tornando-se o centro aglutinador e divulgador da cultura da comunidade e da humanidade.

2.1. Diretrizes

Este tema foi acentuado com a discussão e aprovação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394 de dezembro de 1996), que propõe em seu Artigo 28, medidas de adequação da escola à vida do campo, questão que não estava anteriormente contemplada em sua especificidade.

As ações de proposições de trabalho direcionados a Educação no Campo em Santa Catarina surgiram em função da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, dispondo sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Em 2003, com a mobilização de diferentes movimentos sociais preocupados com a Educação no Campo, O Ministério da Educação instituiu, pela Portaria nº 1.374, de 03/06/03, um Grupo Permanente de Trabalho com a finalidade de apoiar a realização de seminários nacionais e

estaduais para a implementação destas ações.

O artigo 28 que aponta direcionamento específico para escola do campo está incluso no capítulo que trata da educação básica. Para termos comentários a respeito faz-se interessante sua leitura:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Considerando o dito podemos nos voltar para elencar as possibilidades, os sonhos e as esperanças. Isso se faz necessário porque o sonho alimenta a esperança e esta é indispensável para começar o embate rumo as conquistas.

Pode-se assim definir a identidade da escola do campo, não aquela restrita apenas a um espaço geográfico, mas vinculada aos povos do campo, seja os que vivem no meio rural, seja os que vivem nas sedes dos 4.485 municípios rurais do nosso país.

Desta maneira, e em consonância com a especificidade da maioria de nossos municípios, a implementação de tais Diretrizes é também um compromisso assumido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Educação, que através do processo de construção de políticas públicas inovadoras pretende viabilizar ações educacionais efetivas para as comunidades rurais. A educação no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas. O capitalismo não se desenvolve de forma abrupta e nem de forma homogênea dentro de um território nacional. Esse desenvolvimento na forma de produzir mercadorias e mais-valia se dá passando por momentos que se reproduzem em espaço, tempo e formas diferentes.

O trabalho de Eni Marisa Maia, (1982) "Educação Rural no Brasil. O que

mudou em 60 anos?" faz um balanço entre o discurso governamental e a realidade concreta da escolarização da população rural brasileira no período de 1920 a 1985. A análise da autora parte de que por volta de 1920, a ameaça que o aumento crescente da migração rural-urbano representou para a estabilidade social fez com que se pensasse a educação como instrumento eficiente para enfrentar a questão social.

Entre 1880 e 1920 há o inchaço populacional nos centros urbanos, que se desenvolveram – juntos aos portos, e com este aumento da população emergem os movimentos sociais reivindicatórios por melhores condições de vida. E este proletariado urbano que passa a reivindicar através de sucessivas manifestações grevistas seus direitos de cidadãos.

Surge então entre o debate político da época o tema mobilizador: a educação para promover a volta ao campo, pois se o homem urbano não quer permanecer na zona rural, o problema também deve ser tratado no nível educacional. Trata-se de uma escola passa a ter suas orientações no ruralismo pedagógico que propunha uma escola integrada às condições locais, regionalista, cujo objetivo maior era promover a fixação do homem ao campo.

Este ruralismo pedagógico tem sua inspiração na Escola Nova.

Ao fazer um balanço entre o discurso e a realidade, a autora coloca que, todavia, se os discursos sobre a educação rural vêm se avolumando desde a primeira república, isto não parece ter tido consequências práticas observáveis.

Quanto às condições de ensino nas áreas do interior e como fatores que inviabilizaram a melhoria da educação rural em relação à década de 20, cita: Autoritarismo que se fortaleceu com a política dos governadores; Desinteresse por parte das oligarquias rurais em desenvolver o ensino e Verbas insuficientes.

As década de 30 e 40 preservam a característica dicotômica entre o discurso sobre a educação rural através do movimento ruralista que envolve políticos e educadores e a manifestação concreta da educação rural. São oferecidos cursos de formação para o magistério da zona rural; durante o primeiro Congresso Nacional Rurais; em 1937, cria-se a Sociedade Brasileira de Educação Rural; em 1941, o governo convoca a primeira Conferência Nacional e Educação e, em 1945, é criado o Fundo Nacional do Ensino Primário. Porém, afirma a autora, o movimento

ruralista o que realmente o define é sua face político-ideológica que permanece oculta – pela questão educacional.

Comprometido com a manutenção do “status quo”, contribui para uma percepção viesada de contradição cidade e campo como algo “natural”, concorrendo consequentemente para a sua perpetuação. Ao que parece, a grande “missão” do professor rural seria a de demonstrar as “excelências” da vida no campo, convencendo o homem a permanecer marginalizado dos benefícios da civilização urbana. Coloca-se explicitamente o papel da educação como canal de difusão ideológica.

Era preciso alfabetizar, mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo. O que ocorre em relação à área rural é uma baixa produtividade do ensino expressa nos níveis de evasão e repetência, nível de qualificação dos professores a maioria leiga, na precariedade das instalações escolares, na falta de material e equipamentos.

Para a década de 50, a autora cita o trabalho de Clóvis Caldeira que conclui que o menor constitui parte integrante da força de trabalho da família e esta é uma das razões perturbadoras de sua frequência

escolar, e o mesmo autor aponta como fatores de baixa escolaridade pauperismo das populações, má distribuição das escolas, desestímulo do professor face aos vencimentos exíguos, mobilidade das populações, em especial dos mais pobres, sem terras próprias, coincidência do ano especial dos mais pobres, sem terras próprias, coincidência do ano agrícola com o ano letivo... o que leva Maia a concluir que, porém, admitir o peso que os fatores socioeconômicos têm na determinação dos padrões de escolaridade na zona rural não significa, em absoluto, negar a possibilidade de atuação da escola.

Analisando o documento elaborado pelo MEC "Educação para meio rural - ensino de 1º grau - política e diretrizes de ação" (1979), que diz:

"O governo está voltado para a promoção de profundas transformações no meio rural brasileiro, tendo como objetivo último e fundamental o bem-estar do homem rural brasileiro, mediante a ampliação das oportunidades de renda do trabalhador, a extensão dos benefícios da previdência social..."

Cujas afirmações formam as bases do Plano Setorial de Educação e Cultura, que em relação à educação rural constata:

- Embora se tenha a consciência de que a chuva e a colheita solicitam a mão-de-obra das crianças, estabelecemos o mesmo calendário escolar para a zona urbana e rural;

- Os professores têm amiúde formação urbana, quando a têm, ou seguem padrões urbanos;

- Os materiais de ensino-aprendizagem são escassos, devido não apenas à falta de recursos financeiros como também à dificuldade de acesso aos locais onde poderiam ser adquiridos."

E para superar tais dificuldades, recomenda-se que:

-"a escola não pode negar o mundo rural, onde o trabalho constitui um valor, e o trabalho infantil, além de ser necessidade, é um valor social;

-"... O ensino ministrado na zona rural tem que ser apropriado a essa realidade;

-"... A escola da zona rural deve ser uma agência de mudança."

A autora faz a denúncia de que se trata apenas de uma forma de ocultar a realidade, pois, quando o documento cita a formação urbana do professor, ele está ocultando a ausência de formação e o mesmo se dá quanto aos materiais didáticos, quando é citada a dificuldade do

acesso aos locais de obtê-los e não há referências a que cabe tal atribuição e indaga se seria atribuição do professor através de seu baixo salário e formação deficiente ou do Estado ou do Município.

Quanto à recomendação de que a escola respeite a realidade, que se transforme em agência de mudança preservando o trabalho do menor que tem valor social, Maia faz o desdobramento da aparência do discurso que possui em sua essência a intenção de que as profundas modificações não deverão passar pela mediação socioeconômica que gera contratos de trabalho aviltantes, consequência da apropriação de terras pelo capital nacional e internacional.

Quanto à questão de verbas para a educação, a autora coloca: “hoje, o autoritarismo na distribuição de verbas se coloca de forma mais sutil, atribuindo aos municípios a responsabilidade de custeá-la. O repasse, insuficiente – de verbas para o município, depende do estado, que por sua vez depende da União”.

a) a questão do salário dos professores da zona rural, considerando que além de baixos, sofrem atrasos ou desvios;

b) a precária formação dos professores;

c) o fenômeno da reprovação e evasão escolar;

d) a reunião de alunos em classes multisseriadas que confunda a própria professora que se mostra incapaz de identificar a série que estão cursando os alunos... Inexistem diferenças entre os conteúdos básicos ensinados para a segunda ou a quarta – série, e

e) os alunos avançam até onde chega o ‘saber’ da professora e então, se permanecem na escola, repetem a série que representa o limite máximo.

Eni Maia continua seu estudo analisando a questão da responsabilidade pela educação do trabalhador rural, quando se introduz no seio do discurso burocrático, através da aparência de participação a corresponsabilidade da comunidade pela educação e ocorrendo assim a transferência das responsabilidades do nível governamental para a própria população. Na realidade, acabam concorrendo para facilitar o controle político dos grupos locais, esvaziando os movimentos ligados às associações de classe como os sindicatos rurais.

A “ilusão do poder, de ter ganho um espaço é inegavelmente uma força alienante uma vez que se pode substituir a apatia e o conformismo pelo compromisso grupal. Os agentes do processo de mobilização comunitária são os professores e supervisores que, acreditando nos ideias proclamadas e à custas de sacrifícios pessoais, se dispõem à tarefa de organização dos grupos.

Para esta análise, escolhemos o estudo “Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural”, (Antuniassi, 1983), cujo objetivo central é analisar a importância e o significado da participação das crianças na força de trabalho no setor agrícola, levando em conta a modernização da agricultura brasileira... e seus reflexos sobre as relações de trabalho. A autora, através do método dialético, faz uma leitura sobre as pressões exercidas sobre um dado grupo social, provocando a sua entrada precoce na força de trabalho, isto é, em idades inferiores àquelas legalmente estabelecidas pelo Estado.

O estudo parte de uma revisão bibliográfica sobre as relações de produção, o trabalho infantil e a escolarização nos estudos sociológicos sobre o meio rural e dimensiona a participação infantil no total da força de trabalho e a sua evolução no

período de 1970-1975 na agricultura paulista.

Com a literatura estudada, a autora constata que o trabalho infantil existe na unidade familiar e como trabalhador individual (volante ou não) e que a análise da participação do trabalhador mirim na agricultura, por um lado se encaixa na análise do processo de proletarização do trabalhador rural ante a expansão do capital na agricultura, isto é, na análise das circunstâncias em que se realiza a separação do produtor de seus meios de produção e em que a sua força de trabalho se torna uma mercadoria. Por outro lado, encaixa-se também a análise da persistência e recriação de existência e transformações dessa produção e, portanto, do papel que a mesma exerce no processo de acumulação capitalista.

Através de informações obtidas pela análise dos dados secundários, articula trabalho e escolarização concluindo que os dados disponíveis permitem traçar um quadro de como o trabalhador mirim participa da força de trabalho. Com referência ao processo de escolarização esses dados confirmam o papel negativo da incorporação precoce às atividades do trabalho. É importante ressaltar que os dados mostram como quadro de

incorporação e participação do trabalhador com menos de 15 anos não se alterou de forma significativa apesar do avanço da capitalização e da modernização da agricultura.

Finalmente Anthuniassi avalia as consequências negativas da incorporação precoce à atividade do trabalho sobre a escolarização, principalmente a evasão e a repetência escolar. Por outro Aldo mostra como o poder de reivindicação dessa parcela de trabalhadores na sociedade de pleno exercício de seus direitos de cidadão, que incluem o acesso a uma educação formal condizente com as suas aspirações.

2.2 POLÍTICAS NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O delineamento de propostas que venham ao encontro de uma política educacional direcionada ao atendimento da “especificidade do campo” é uma decorrência das reivindicações de movimentos sociais do campo, que, naquele evento se concretizam como parte de uma luta maior, qual seja, o de um projeto popular de desenvolvimento para o campo que considere os sujeitos do campo, fortalecendo sua identidade, “(...) trata-se de uma educação dos sujeitos do campo”

(CALDART, 2002), bem como, as problemáticas por eles vividas.

[...] a afirmação deste traço que vem desenhando nossa identidade é especialmente importante se levamos em conta que a história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e muita poucas vezes para os sujeitos do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-los a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos (2002, p.28).

As políticas educacionais para o campo se constroem ou se estruturam a partir das determinações do modo de produção capitalista, e também a partir de uma educação vista sob a ótica urbana, porque é considerada mais desenvolvida.

Atualmente, o novo modelo tecnológico, traz como consequência um projeto de desenvolvimento que exclui os pequenos agricultores, priorizando interesses do capital de produção em grande escala e de forma mecanizada. Segundo o que podemos perceber nos debates divulgados, “no interior do atual modelo de desenvolvimento da agricultura são produzidas tecnologias para ampliar cada vez mais a relação de dominação entre agricultura capitalista e agricultura

familiar” (JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2003).

Historicamente o campo é marcado pela exclusão e marginalização de seus trabalhadores, devido às dificuldades sentidas e vividas pelas famílias dos agricultores. Ou seja, os povos do campo têm sofrido com o êxodo em virtude do processo de “empobrecimento da agricultura familiar” submetida à lógica do capital que conforme Duarte, “(...) reforça a estratégia de exclusão e controle das parcelas que não reúnem condições socioeconômicas de se inserirem nos moldes empresariais de produção” (2003 p.19).

Neste sentido, as políticas educacionais para os trabalhadores do campo, tende a ser organizada numa perspectiva da educação para o capital, distante da realidade cultural, social e econômica existentes nas propriedades da agricultura familiar. Na perspectiva do capital, a educação não oportuniza a estes sujeitos condições de mudança e sim de aceitação e submissão a essa lógica excludente.

De modo contraditório, é uma educação escolar adequada às exigências da cultura urbano-industrial, que

principalmente a partir da segunda metade do século XIX, vem sendo proposta juntamente com a “preocupação com a expansão de escolarização das massas trabalhadoras” (Neves, 2000, p.188).

Há uma tensão que nos parece indispensável nesta discussão, que se situa justamente na relação entre campo-cidade no interior do modo capitalista de produção.

Esse possivelmente seja o eixo que deverá permear a discussão sobre a educação do campo, precisamente centrada na relação que é produzida no interior do capitalismo. Saviani, discutindo o trabalho como princípio educativo, nos demonstra que, a cidade é tida como referência ao progresso e ao desenvolvimento, enquanto o campo como algo “(...) atrasado, rústico, ou pouco desenvolvido” (1994, p.152).

É neste sentido, que historicamente, o campo é considerado como inferior à cidade, principalmente porque ele acaba por subordinar-se ao capital e ser determinado por ele. De acordo com Duarte (2003), a partir de meados da década de 60, a agricultura, que antes se baseava na subsistência, sofre profundas transformações pelo processo econômico-

agrário, a qual o denominamos como Revolução Verde.

Esse processo vem adequando a agricultura à lógica do capital industrial, com implementação de políticas que visam à utilização de recursos tecnológicos para a produção agrária, tais como insumos industriais, agrotóxicos, assistência técnica, máquinas, dentre outros. Essa lógica de desenvolvimento desconsidera a realidade presente no campo a partir da ótica dos trabalhadores das pequenas propriedades, inviabilizando a sobrevivência dos pequenos produtores rurais nos seus modelos produtivos.

Segundo Ribeiro:

De modo geral, pode-se dizer que não houve uma política educacional dirigida aos agricultores e seus filhos. E, quando houve, teve dois objetivos. Primeiro, a educação rural era uma estratégia de fixar o agricultor na terra, evitando que migrasse para as cidades grandes onde os empregos estavam escassos; buscava-se, com isso, manter sobre controle as tensões sociais decorrentes do desemprego. Segundo, na educação rural estava embutido o objetivo de submeter o agricultor brasileiro a um modelo de agricultura tecnológica americana, criando a dependência da compra de sementes, de adubos químicos, de venenos (agrotóxicos). Neste modelo estava implícito o empréstimo bancário que exigia a hipoteca da propriedade. Não podendo, ao final da safra, quitar sua dívida com o banco, muitos perdiam a terra (2004, p.2)

Conseqüentemente, esta lógica, institui detrimento das políticas pública para o campo, inclusive educacionais, sendo que, as que existem apresentam principalmente um caráter do tipo compensatório. No entanto, quando o movimento

Por uma Educação do Campo se inscreve na pauta de discussões sobre a educação que o campo deseja e necessita, nem sempre toma a cidade como um campo de discussão, apenas aponta a sua necessidade de educação como direito.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral a educação sempre apresentou diversos problemas como: alta evasão escolar, baixa escolarização, alto índice de repetência, entre outro, sendo que esses problemas são muito mais graves no meio rural.

Diante disso, tem-se lançado mão de políticas compensatórias e programas emergenciais com o objetivo de aliviar essa diferença. O modelo implantado no campo foi tão excludente que marca até hoje a ação das elites brasileiras.

É principalmente por esse motivo, que o campo vivencia atualmente uma

grande migração do homem do campo para a cidade, pois existe uma certa hegemonia do modelo de vida urbana caracterizando-se assim, como um dos maiores atrativos para a migração de jovens do campo. Portanto, para um projeto de educação que contribua para a realidade do campo, o fortalecimento da agricultura familiar torna-se fundamental, pois, entendemos que a relação campo-cidade é um eixo que necessita ser considerada em sua dialeticidade, como condição de educação de qualidade para todos os brasileiros.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli. **Por uma Educação do Campo**: Traços de uma identidade em construção. In. KOLING, Edgar J., CERIOLI, Paulo, CALDART, Roseli S. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília-DF, 2002.

DUARTE, Valdir P. **Escolas Públicas no campo**: problemáticas e perspectivas: Um estudo a partir do Programa Vida na Roça. Francisco Beltrão, PR ASSESOAR, 2003.

SANTOS, Franciele Soares dos. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO URBANA: APROXIMAÇÕES E RUPTURAS**. Vol. 1 nº 1 jan./jun. 2006 p. 69-72 UNIOESTE CAMPUS DE CASCAVEL ISSN 1809-5208

JORNADA DE AGROECOLOGIA: 2º Encontro Paranaense-ENA. Plenária dos agricultores ecologistas. Ponta Grossa, PR: Editora Gráfica Popular Ltda. Maio 2003.

KOLING, Edgar J., NERY, Irmão, MOLINA, Mônica (orgs). **Por uma Educação Básica do Campo**. Nº 1. Brasília-DF, 1999.

NEVES, Lúcia M. Waderley. Ensino Médio, ensino técnico e educação profissional: delimitando campos. In_____ (org). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da Terra: um projeto dos movimentos sociais do campo**. In: Anais do I Seminário Internacional de Educação, VIII Semana de Pedagogia: **A invenção da escola e a escola da invenção**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE-Campus de Francisco Beltrão-PR, 2004.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In. FERRETTI, Celso João et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes,1994.